



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA
CAMPUS CAXIAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E FILOSOFIA
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS LICENCIATURA

PAULO HENRIQUE FERREIRA SOARES

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA JUVENTUDE: O PROGRAMA ID JOVEM COMO UM ALIADO NA FORMAÇÃO DOS ACADÊMICOS DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UEMA, CAMPUS CAXIAS

Caxias – MA
Janeiro de 2025

PAULO HENRIQUE FERREIRA SOARES

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA JUVENTUDE: O PROGRAMA ID JOVEM COMO UM ALIADO NA FORMAÇÃO DOS ACADÊMICOS DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UEMA, CAMPUS CAXIAS

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, como requisito para a obtenção do grau de Licenciado em Ciências Sociais.

Orientadora: Me. Nayra Joseane e Silva Sousa

Caxias – MA
Janeiro de 2025

S676p Soares, Paulo Henrique Ferreira

Políticas públicas para juventude: o programa ID Jovem como um aliado na formação dos acadêmicos do curso de Ciências Sociais da UEMA, Campus Caxias / Paulo Henrique Ferreira Soares. __Caxias: Campus Caxias, 2025.

48f.

Monografia (Graduação) – Universidade Estadual do Maranhão
– Campus Caxias, Curso de Licenciatura em Ciências Sociais

Orientador: Prof^a. Ma. Nayra Joseane e Silva Sousa.

1. Políticas públicas. 2. Juventude. 3. ID Jovem. I. Título.
CDU 378.014.543.3

PAULO HENRIQUE FERREIRA SOARES

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA JUVENTUDE: O PROGRAMA ID JOVEM
COMO UM ALIADO NA FORMAÇÃO DOS ACADÊMICOS DO CURSO DE
CIÊNCIAS SOCIAIS DA UEMA, CAMPUS CAXIAS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à banca examinadora do curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Estadual do Maranhão.

Aprovado em: 21/01/2025

Banca examinadora

Documento assinado digitalmente
 **NAYRA JOSEANE E SILVA SOUSA**
Data: 25/01/2025 10:52:27-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Orientadora: Profa. Me. Nayra Joseane e Silva Sousa
Universidade Estadual do Maranhão

Documento assinado digitalmente
 **DANIELLE CRISTINE RIBEIRO**
Data: 23/01/2025 10:53:44-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profa. Dra. Danielle Cristine Ribeiro
Universidade Estadual do Maranhão

Documento assinado digitalmente
 **ROLDAO RIBEIRO BARBOSA**
Data: 24/01/2025 15:33:51-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Roldão Ribeiro Barbosa
Universidade Estadual do Maranhão

Dedico este trabalho aos meus pais, especialmente à minha mãe que sob o sol escaldante carregava um cofo na cabeça, andava quilômetros e ainda assim, nunca deixou faltar o arroz e o feijão na nossa mesa. Dedico também ao meu pai (em memória), por sempre me acolher em sua casa, e por ter me amado do seu modo, e, também por ter me dado uma bicicleta com rodinhas, amarrado ela na sua bicicleta maior e me carregado.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, que me deu gratuitamente o dom da vida, força e sabedoria para enfrentar as barreiras vivenciadas.

A minha mãe, Gercina Dalva, pela dedicação, conselhos, incentivos e ajuda durante meu curso e em toda minha vida enquanto acadêmico. Em especial ao meu pai Francisco Soares (em memória) pelo incentivo, e mesmo não estando comigo em todos os momentos, sei que a alegria maior foi a dele, em saber que foi conquistado mais uma vitória.

Aos meus queridos irmãos Gercineide, Antônia Celia, José Domingos, Antônio, Domingos, Francisca Maria, e Francisco de Assis, que sempre estiveram do meu lado, me ajudando e dando suporte nessa jornada de minha vida.

As minhas tias Zeneide, Helena, Antônia, Beatriz por acreditarem que sou capaz. Meu Tio Zeca, o meu primo Francisco, pelos incentivos.

A minha orientadora, professora Nayra, pelo suporte e orientações durante a escrita deste trabalho. Aos professores do departamento de Ciências Sociais e Filosofia, Cléia, Elizete, Arydimar, Roldão, Marcia Santos, e aos demais, por contribuírem com minha formação.

A todos meus muito obrigado.

As minhas manas (mana Ray, Mana Jr e mana Bruna), por compartilharem os melhores momentos comigo.

A minha amiga Arcelina, por estar sempre comigo.

Aos meus sobrinhos, todos eles, em especial ao Cristiano e a Maria Cecília por me fazerem um bem danado.

A minha amiga e irmã do peito, Raimunda, pelas conversas, incentivos e principalmente pelo apoio moral durante a minha caminhada acadêmica.

A minha amiga companheira do FF, Rubens, vulgo Pixtoleira, por compartilhar de momentos incríveis comigo.

A Instituição de ensino UEMA do Campus Caxias.

“Explicou que se a cultura era uma casa, a linguagem era a chave da porta que conduziria a todos os quartos interiores. Sem isso, dizia, acabamos sem rumo, sem uma casa adequada, sem identidade legítima”.

(Khaled Hosseini)

RESUMO

O presente trabalho trata de uma política pública voltada para juventude, cuja análise se apresenta em como o Programa ID Jovem pode ser um possível aliado na formação de acadêmicos do curso de Ciências Sociais, da Universidade Estadual do Maranhão, no *campus* Caxias. Inicialmente apresenta-se a política pública do programa do ID Jovem, em seguida apresenta-se como esta ferramenta é utilizada por jovens do curso de Ciências Sociais e de que maneira a política pública se torna um importante aliado na formação dos estudantes em termos de capital cultural (Bourdieu, 1999). A metodologia deste trabalho ocorreu por meio de pesquisas bibliográficas, de pesquisa documental sobre a política pública do ID Jovem, e o trabalho de campo foi realizado a partir de formulário do *Google Forms* e posteriormente a realização de um grupo focal a partir da Plataforma *Meet*. Como resultados, constatou-se que o programa ainda é pouco conhecido pelos acadêmicos do curso de Ciências Sociais, porém os estudantes que tiveram acesso ao Programa reconheceram que a política pública pode ser uma importante aliada na sua formação acadêmica, ainda que se reconheçam os desafios e/ou limitações para o acesso e usufruto do ID Jovem.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Juventude. ID Jovem.

RESUMEN

Este trabajo trata de una política pública dirigida a la juventud, cuyo análisis presenta cómo el Programa ID Jovem puede ser un posible aliado en la formación de académicos del curso de Ciencias Sociales de la Universidad Estadual de Maranhão, en el campus de Caxias, MA. Inicialmente se presenta la política pública del programa ID Jovem, luego se presenta cómo esta herramienta es utilizada por los jóvenes en el curso de Ciencias Sociales y cómo la política pública se convierte en un aliado importante en la formación de los estudiantes en términos de capital cultural. La metodología de este trabajo se basó en investigación bibliográfica, investigación documental sobre políticas públicas y trabajo de campo realizado mediante un formulario de Google Forms y posteriormente un focus group utilizando la plataforma meet. Como resultado, se encontró que el programa aún es poco conocido entre los académicos de la carrera de Ciencias Sociales. También se encontró que el programa puede ser un fuerte aliado en la formación académica de los estudiantes del curso, sin embargo, aún existen desafíos y/o limitaciones que hacen que el programa sea poco conocido, uno de ellos es la falta de información sobre el ID Jovem.

Palabras-clave: Políticas Públicas. Juventud. ID Jovem.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 POLÍTICA PÚBLICA DE JUVENTUDE E SOCIOLOGIA DA JUVENTUDE	13
2.1 AFINAL, O QUE SÃO POLÍTICAS PÚBLICAS?	13
2.2 SOCIOLOGIA DA JUVENTUDE	15
3 APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA ID JOVEM	18
3.1 COMO EMITIR A IDENTIDADE JOVEM? (ID JOVEM)	21
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	24
4.1 CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA ID JOVEM PARA A FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS ESTUDANTES DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS	34
4.2 DESAFIOS E/OU LIMITAÇÕES DO PROGRAMA ID JOVEM	36
4.3 O PROGRAMA ID JOVEM E O ACESSO AO CAPITAL CULTURAL	38
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS	
APÊNDICES	

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo geral, compreender como os acadêmicos do curso de Ciências Sociais da Uema, *Campus Caxias*, utilizam o Programa ID Jovem e relacionam à sua formação acadêmica. Para isso, apresentam-se os seguintes objetivos específicos: i) descrever o Programa ID Jovem enquanto uma política pública; ii) identificar como o Programa ID Jovem pode contribuir para a formação acadêmica de estudantes; iii) analisar os principais desafios apresentados pelos estudantes do curso de Ciências Sociais na obtenção de seus direitos, e de que maneira a política pública se torna uma importante aliada na formação dos estudantes em termos de capital cultural (Bourdieu, 1999).

Por política pública compreende-se a “ação de determinado governo, orientado para atingir fins específicos, ou seja, é um meio para se atingir determinada meta econômica ou social” (Heringer, 2002, p. 85), ainda que a elaboração de políticas públicas não seja função exclusiva do Estado, o que implica a atuação da sociedade civil. Este trabalho investe em analisar uma política pública considerada recente e de que maneira ela é utilizada pela juventude, tendo como referência os estudantes de graduação do curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Maranhão, *campus Caxias*, e suas implicações a este grupo.

O marco legal da política pública de juventude no Brasil é a Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, também conhecida como Estatuto da Juventude e a Emenda Constitucional nº 65 que coloca a Juventude na Constituição Brasileira (em 13 de julho de 2010). Desde então, iniciativas públicas são observadas, algumas envolvendo parcerias com instituições da sociedade civil, sendo mobilizadas as várias instâncias do Poder Executivo – federal, estadual e municipal (Sposito; Carrano, 2003).

Segundo o Censo de 2022 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o Brasil tem cerca de 47 milhões de jovens com idade entre 15 e 29 anos. Nas últimas décadas foi fortalecido ações do governo para as juventudes, tendo o Estatuto da Juventude como um importante instrumento que define encaminhamentos para defesa de direitos para a juventude. Direitos à cultura, lazer, esporte, cidadania, à educação, à mobilidade

urbana, dentre outros. O Governo Federal atento as demandas da sociedade civil e dos movimentos sociais de juventude, tem avançado com ações e políticas públicas voltadas para este segmento, ainda que não seja avanços contínuos.

As políticas públicas de juventude no Brasil, toma forma distintamente de outros países da América Latina. No caso brasileiro as ações desencadeadas pelas agências das Nações Unidas a partir do Ano Internacional da Juventude, em 1985, tiveram pouca repercussão na formulação de programas ou organismos específicos de políticas para esse grupo populacional (De Andrade, 2010). Dentre as políticas basilares para este segmento, a “Identidade Jovem”, ou melhor, o ID Jovem, consiste em uma política pública que possibilita acesso a jovens de 15 a 29 anos a meia-entrada em eventos artísticos-culturais, esportivos e também a vagas gratuitas ou com desconto de 50% no sistema de transporte coletivo interestadual de todo país, conforme o Decreto nº 8.537, de 5 de outubro de 2015, assinado pela ex-presidenta Dilma Rousseff.

Para compreender esta política pública no âmbito de como os estudantes acessam e significam suas experiências com o ID Jovem, foi utilizada a metodologia de natureza qualitativa. O procedimento de pesquisa foi trabalhado de formas inter-relacionadas, a análise documental sobre a política pública *in lócus* foi de extensa pesquisa bibliográfica para analisar as categorias da pesquisa, utilizando autores como Bourdieu, 1999; De Andrade, 2010; Souza, 2006; Barcelos, 2018. Face a isso realizou-se um trabalho de campo com os estudantes, para levantar um perfil sociodemográfico dos acadêmicos do curso de Ciências Sociais, além de identificar a relação e o acesso deles com o Programa ID Jovem. Para tal, fez-se a aplicação de um questionário, através da Plataforma *Google Forms* a fim de coletar dados. Após reconhecer o perfil dos jovens que já acessaram o ID Jovem, foi realizado um grupo focal (Gatti, 2005) com os estudantes que responderam ao formulário de pesquisa, a fim de coletar informações a partir das experiências por eles vivenciadas.

O trabalho de campo foi realizado no mês de dezembro de 2024. Iniciou com a entrada do pesquisador nas salas de aula das turmas de Ciências Sociais do *campus* de Caxias, da Universidade Estadual do Maranhão, para informar sobre os interesses da pesquisa. Naquele momento foi informado o link do formulário para os estudantes responderem. Ainda no mês de dezembro de

2024, os respondentes que confirmaram que tiveram acesso a política pública de interesse da pesquisa foram acionados para que pudesse ser realizado o grupo focal de maneira online. Essa técnica de pesquisa tem como objetivo entender, a partir das trocas nas discussões no grupo, o que eles pensam e expressão sobre o ID Jovem e suas repercussões na formação acadêmica, por isso o roteiro que conduziu esta prática buscou estimular as discussões sem perder de vista os objetivos da pesquisa (Gatti, 2005), e por isso foi conduzida a pesquisa em diálogo com o conceito de capital cultural de Pierre Bourdieu (1999).

2 POLÍTICA PÚBLICA DE JUVENTUDE E SOCIOLOGIA DA JUVENTUDE

2.1 AFINAL, O QUE SÃO POLÍTICAS PÚBLICAS?

Política pública significa diretamente o estado em ação, ou seja, suas iniciativas, seus investimentos, suas prioridades e os grupos sociais atingidos em uma determinada área ou setor. Para Souza (2006), a formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. Entretanto, este conceito de política pública vem sendo reformulado, principalmente nos últimos anos, sobretudo por pressão da sociedade civil, dos movimentos sociais e por parte da comunidade internacional.

Como destaca Calmon (2006), uma política é considerada pública quando inclui todo um conjunto de problemas e atividades que não pertencem necessariamente à área privada, e que necessitarão da regulação ou da intervenção do governo, ou de toda a sociedade. Em outras palavras, políticas públicas estão ligadas ao Estado, no sentido de formulá-las em conjunto a participação da sociedade civil organizada, através de movimentos sociais, coletivos e outros.

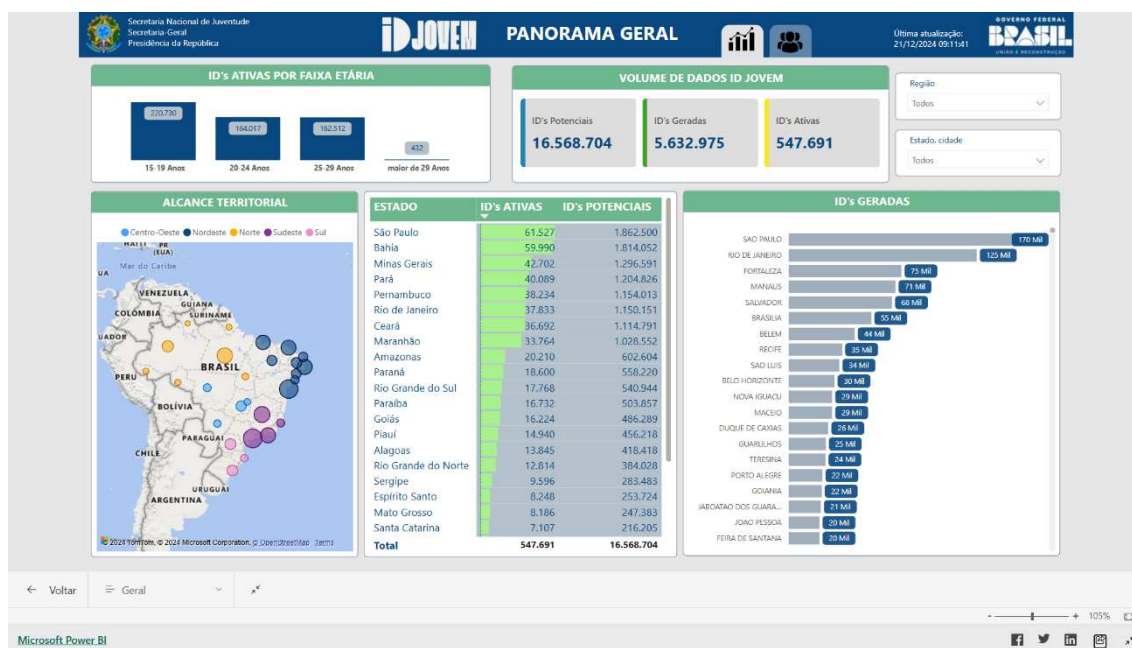
Para Rua (1998), as políticas públicas são respostas, e enquanto não haja demandas e pressões sociais, as questões não são pautadas na agenda pública e, por isso, se mantêm num “estado de coisas”: situações mais ou menos prolongadas de incômodo, injustiça, insatisfação ou perigo, que atingem de

formas diferenciadas amplos grupos da sociedade sem, contudo, chegar a compor a agenda governamental ou mobilizar as autoridades políticas.

As políticas públicas, depois de desenhadas e formuladas, desdobram-se em planos, programas, projetos, base de dados ou sistemas de informações e pesquisas. Quando as políticas públicas entram em ação, ou seja, a partir do momento em que determinado programa beneficia uma parcela da população, este está sujeito a sistemas de acompanhamento, avaliação e fiscalização. Portanto, a política pública tem como marco o Estado de Bem-estar Social, e requer diversas ações estrategicamente selecionadas, com instrumentos de ações de governos, marcado pela obrigação de implemento dos direitos fundamentais positivos do poder público. Para Dagnino (1994), cidadania é parte da construção democrática de transformação social, e a cidadania requer que o cidadão e a cidadã ultrapassem a mera relação de espectadores/as, e sejam atores importante nos espaços de decisões, inclusive no que tange ao processo de geração/implementação/avaliação de políticas públicas.

O Brasil tem quase 50 milhões de jovens, os dados estatísticos do ID Jovem mostram que mais de 16 milhões de jovens no Brasil estão aptos a usar o Programa, porém, somente pouco mais de 5 milhões já geraram a ID Jovem. Como mostra o panorama geral dos dados sobre o ID Jovem no Brasil.

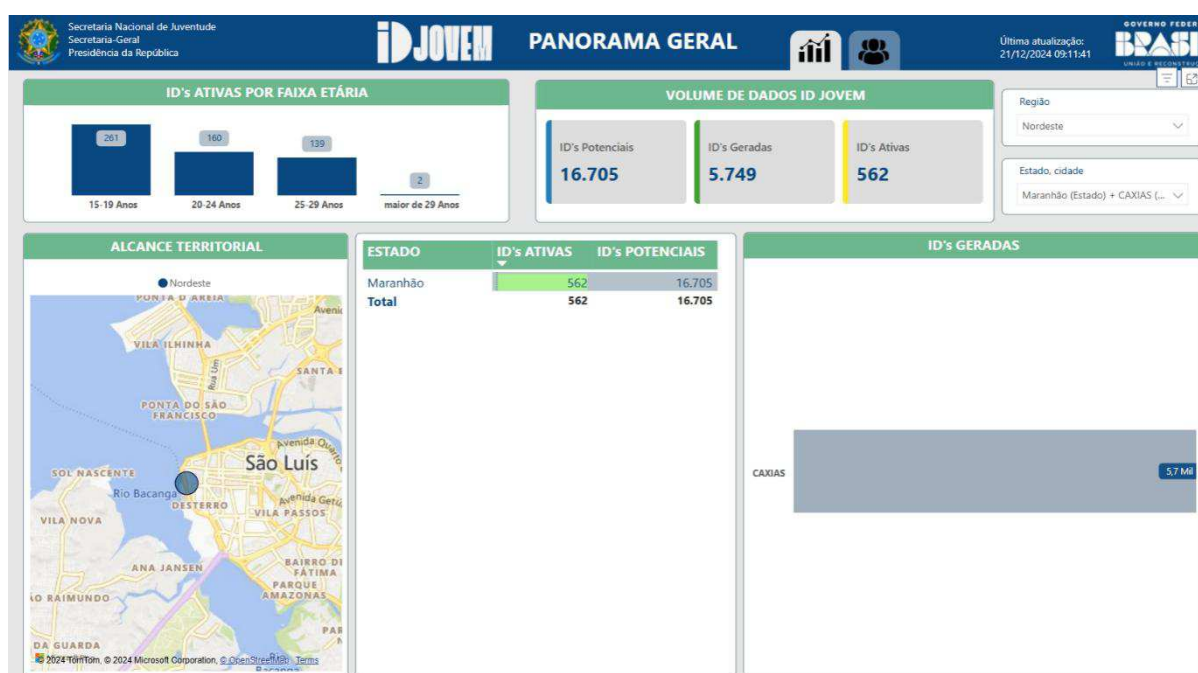
Figura 01 – Panorama geral do ID Jovem no Brasil



Fonte: Dados do programa ID Jovem, 2024

Como é possível observar na figura acima, o estado do Maranhão possui mais de um milhão de ID Jovem em potencial, sendo que a população jovem do estado é 1,8 milhão de jovens, de acordo com o último censo do IBGE (2022). Sobre a figura abaixo na cidade de Caxias-MA, esses dados mostram que temos mais de 16 mil jovens aptos a usarem o programa ID Jovem, no entanto, apenas 5mil ID Jovem foram gerados, e desses, somente 562 permanecem ativos.

Figura 02 – Panorama ID Jovem em Caxias, MA



Fonte: Dados do programa ID Jovem, 2024

Esses dados demonstram que apesar do número de jovens no estado do Maranhão como um todo, e na cidade de Caxias em particular, apresentarem uma amostra significativa de ID Jovens potenciais, é necessário que se leve em consideração que a determinada política pública ela não consegue alcançar a quantidade de ID Jovens em potenciais, pois falta acesso à informação e o não cumprimento da lei, por parte das empresas, e, entre outros.

2.2 SOCIOLOGIA DA JUVENTUDE

Apesar do peso numérico de jovens no nosso país, a juventude está em constante mutação, sobretudo sobre o seu conceito. Quanto ao conceito, mostraremos aqui dois deles. O primeiro em relação à faixa etária, e o segundo sob a ótica sociológica. Do ponto de vista etário são consideradas jovens as

peessoas com idade entre 15 e 29 anos, para fins de inclusão em políticas públicas.

Já sob a ótica sociológica, destacam-se três delas:

A primeira trata de uma teoria tradicional que concebe a juventude com uma faixa etária, como a transição entre a infância e a vida adulta.

A segunda corrente teórica, denominada de teoria crítica busca desmitificar a noção de uma juventude uniforme e extraclasse, valorizando a diversidade, a criatividade e a capacidade revolucionária dos grupos juvenis.

A teoria pós-crítica ela rompe com a perspectiva criada na primeira modernidade e defende uma transição para a maturidade, como um processo labiríntico, não linear, múltiplo e ativo (Groppo, 2017, p. 17).

Conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS), a adolescência é definida como um processo fundamentalmente biológico abrange as etapas da pré-adolescência (10-14 anos) e a adolescência (15-19 anos); a juventude se iniciaria nessa faixa etária como uma categoria essencialmente sociológica e “indicaria o processo de preparação para os indivíduos assumirem o papel adulto na sociedade, tanto no plano familiar quanto no profissional, estendendo-se dos 15 aos 24 anos” (Waiselfisz, 2002, p. 18). Por sua vez, a Organização Ibero-americana de Juventude trabalha com a faixa entre os 14 e os 30 anos de idade. Alguns países, como o Japão, classificam como jovens os indivíduos com idades até 35 anos (Waiselfisz, 2002). No Brasil, a abordagem demográfica do IBGE classifica o grupo jovem” entre 15 a 24 anos. Por outro lado, o Estatuto da Juventude reconhece como sendo jovens as pessoas com idades entre 15 a 29 anos. Estes exemplos demonstram que há vários critérios para se definir a faixa etária que corresponde a juventude.

Em outra perspectiva, o sociólogo Karl Mannheim (1968) apresenta a juventude com enfoque geracional, onde parte das características fundamentais da sociedade que são: a) o surgimento contínuo de novos participantes no processo cultural, enquanto; b) antigos participantes daquele processo estão continuamente desaparecendo; c) os membros de quaisquer gerações podem participar de uma sessão temporalmente limitada do processo histórico; d) é necessário, portanto, transmitir continuamente a herança cultural acumulada; e)

a transição de uma para outra geração é um processo contínuo através da série ininterrupta das gerações (Mannheim, 1968, p. 74).

Outros autores como Pais (1990), concebe a juventude como uma categoria socialmente marcada pela instabilidade, no entanto, o autor destaca que há problemas de ordem social que afetam os jovens, como por exemplo: problema econômico, social, cultural e político. Para ele, a juventude quando se referida a uma fase de vida, ou seja, a passagem fase jovem para adulta, ela é encara como uma construção social.

Assim sendo, a sociologia da juventude é uma área especializada da Sociologia que se dedica a estudar a juventude como um fenômeno social, cultural e histórico, deste modo a juventude não pode ser colocada apenas e unicamente tratada como uma unidade social de faixa etária.

Por isso é importante a imaginação sociológica (Mills, 1972) para nos darmos conta de que a juventude não é apenas aparente, é preciso considerar como essas faixas etárias se constituem socialmente. De fato, a abordagem cronológica é importante para a pesquisa empírica, no sentido de inclusão e exclusão de indivíduos na categoria juventude, porém é insuficiente para demarcar as demandas de um grupo social, uma vez, que se refere a construto social de uma época. Mas, levando-se em conta os diferentes processos de maturação social que envolve o processo juvenil, esta pesquisa assume-se a faixa etária de 18 a 29 anos, conforme estabelecida pelo Estatuto da Juventude para assim demarcar operacionalmente, a juventude.

Há também a juventude como representação social, nesta categoria a noção de juventude desloca-se da faixa etária para enfatizar as relações sociais de poder e dominação que configuram o cenário juvenil, de acordo com Weisheimer (2013) esta posição na hierarquia social que dá sentido às representações sociais. Busca-se apreender os significados que são acionados na definição de quem é e quem não é considerado jovem em um dado contexto sociocultural, abrindo-se, assim, a possibilidade de relativização entre os diversos sentidos atribuídos a esta categoria. Estes critérios de inclusão e exclusão são socialmente construídos, tornando-se móveis suas fronteiras.

Concordando com Weisheimer (2013), a juventude como uma representação, não poderia ser construída a partir de uma substantividade inerente aos atores; ao contrário, propõem-se compreendê-la relacionalmente, ou seja, por meio da análise dos processos interacionais nos quais os sentidos atribuídos à juventude são construídos e suas fronteiras são demarcadas. Dito de outro modo, a abordagem das representações enfatiza a determinação sociocultural da juventude, superando-se as abordagens pautadas por uma natureza biológica. Ou seja, o significado da juventude e do que é ser jovem é relacional a outras categorias e não se restringe a uma faixa etária ou período de transição.

3 APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA ID JOVEM

O Programa ID Jovem é fruto da Política Nacional da Juventude e do Estatuto da Juventude, que reconhecem os jovens como sujeitos de direitos. Parte daí, portanto, a necessidade de ter um documento que assegure esses direitos e seu cumprimento. O Decreto nº 8.537, de 5 de outubro de 2015, assinado pela ex-presidenta Dilma Rousseff, criou o programa ID Jovem, visando garantir aos jovens de 15 a 29 anos acesso, no que diz respeito às questões de mobilidade, cultura, esporte e lazer. O Programa também garante aos jovens a meia-entrada em eventos artísticos-culturais, esportivos e a vagas gratuitas ou com desconto de 50% no sistema de transporte coletivo interestadual de todo país.

Barcelos, (2018) destaca que,

Ao garantir acesso aos benefícios como a meia-entrada em eventos artísticos-culturais e esportivos, assim como passagens gratuitas ou com desconto no sistema de transporte coletivo interestadual, o ID Jovem pode colocar em prática dois eixos provenientes das lutas dos jovens: o acesso à cultura e à mobilidade (Barcelos *et al.*, 2018, p.70-71).

Quando criado, em meados de 2015 até 2018, o Programa *ID Jovem* foi administrado pela Caixa Econômica Federal. Após esse período, sua administração ficou sob a responsabilidade da Secretaria Nacional da Juventude – SNJ, vinculada ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. A partir daí o programa passou a denominar-se ID Jovem 2.0, além de mudar de

nome, houve uma modernização, pois, a impressão da carteirinha foi substituída por um aplicativo.

Como já dito, o ID Jovem permite o desconto de 50% ou meia-entrada cobrado pelo ingresso ao público jovem em eventos esportivos, artísticos-culturais, de lazer e entretenimento, como cinemas etc. Além disso, com o ID Jovem é possível a aquisição de passagens interestaduais no transporte coletivo de passageiros. Cada empresa de viação interestadual deve disponibilizar veículos com acesso a quatro vagas destinadas ao Programa ID Jovem¹. Destas, duas são vagas gratuitas e as outras duas terão um desconto de 50% por cada trecho interestadual, este mesmo critério seguem para os transportes ferroviários em trens e transporte aquático. Ainda está em tramitação a possibilidade de estender ao transporte aéreo o direito de viagens interestaduais gratuitas ou com desconto de 50% a jovens “carentes”².

Para ter direito e acesso ao Programa ID Jovem é obrigatório que os interessados comprovem possuir uma receita familiar bruta de, no máximo, dois salários mínimos. Seguindo o modelo implementado por outras políticas públicas e sociais, como o Bolsa Família e o Auxílio Emergencial, durante a pandemia da Covid-19, o ID Jovem faz a identificação e a seleção de seus beneficiários com base nos dados do CadÚnico³.

A inclusão prévia no Cadastro Único é condição para participar de mais de 20 Programas sociais. Entre eles estão Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, Carteira do Idoso, Isenção de Pagamento de Taxa de Inscrição em Concursos Públicos, Água para Todos, Brasil Alfabetizado e Programa de

¹ **DECRETO Nº 8.537, DE 5 DE OUTUBRO DE 2015.**
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8537.htm

² Ver em: <https://www.camara.leg.br/noticias/538309-transporte-aereo-gratuito-para-jovens-carentes-divide-opinioes-em-audiencia-publica/>.

³ O CadÚnico é responsável por concentrar todos os cadastros de cidadãos que possuem níveis de baixa renda no Brasil e têm seus dados disponíveis no sistema. É por meio do CadÚnico que o governo conhece a realidade socioeconômica dos usuários e identifica quais famílias têm direito aos benefícios sociais. O banco de dados – que abriga atualmente informações de mais de 80 milhões de pessoas – registra características da residência, identificação de cada integrante do grupo familiar, escolaridade e situação de trabalho e renda, entre outras, funcionando como um dos principais indicadores para seleção e assistência dessas famílias (Barcelos, 2018).

Erradicação do Trabalho Infantil (Peti). Segundo o Ministério de Desenvolvimento Pessoal (2015), podem se cadastrar todas as famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa; famílias com renda mensal total de até três salários mínimos; famílias com renda maior que três salários mínimos, desde que sua inclusão esteja vinculada a um programa específico; ou pessoas que vivem em situação de rua – sozinhas ou com a família. O cadastramento é feito em qualquer Centro de Referência de Assistência Social (Cras), que são mantidos pelas prefeituras e localizados nas áreas de maior vulnerabilidade social. Os CRAS representam a principal estrutura física local para a proteção social básica das famílias brasileiras de baixa renda e a porta de entrada para o acesso de políticas públicas, incluindo aquelas de complementaridade, como o ID Jovem (Barcelos, 2018).

O destaque desta política pública se apresenta para a relação do acesso a política pública, o *habitus*, capital cultural e grau de escolaridade dos jovens. Este conceito de capital cultural foi introduzido por Pierre Bourdieu (1999) em suas análises sobre a reprodução social e o papel da escola nesse contexto. O capital cultural neste sentido atua como um recurso simbólico e refere-se ao conjunto de habilidades, conhecimentos, comportamentos, experiências, competências e valores que um indivíduo adquire ao longo de sua vida e que por sua vez, contribui para a sua posição social e acesso a determinadas oportunidades. Segundo o autor, o conceito de capital cultural seria,

O conjunto dos recursos reais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento mútuos, ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como o conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros e por eles mesmos), mas também que são unidos por ligações permanentes e úteis (Bourdieu, 1999, p.73).

A sociologia bourdieusiana compreende a realidade social atribuindo o destaque da dimensão simbólica e cultural na produção e reprodução das estruturas de dominação. Neste sentido, os sujeitos seriam orientados em suas ações cotidianas por uma estrutura incorpora, ou seja, um *habitus*, que refletiria as características da realidade social em que estão inseridos e socializados. O

habitus para Bourdieu seria o produto dos condicionamentos associados à determinada posição de classe, por isso que o gosto e as preferências culturais ocorrem devido à relação entre o nível de instrução e origem social dos sujeitos. O poder e o prestígio assumido pela apropriação material e/ou simbólica dos bens culturais é o que arregimenta o conceito de capital cultural. Para Bourdieu, o domínio do capital cultural propicia recompensas no sistema escolar, pois ali são valorizados comportamentos, atitudes e habilidades que os sujeitos da cultura dominante podem apresentar.

Neste sentido, o ID Jovem atua como uma ferramenta que pode permitir aos jovens de baixa renda o acesso a determinados espaços; culturais, de lazer, esporte, educação. Logo, o ID Jovem torna acessível espaços, e faz com que cada vez mais os jovens possam ampliar seu repertório de capital cultural, reforçado pela política pública.

3.1 COMO EMITIR A IDENTIDADE JOVEM? (ID JOVEM)

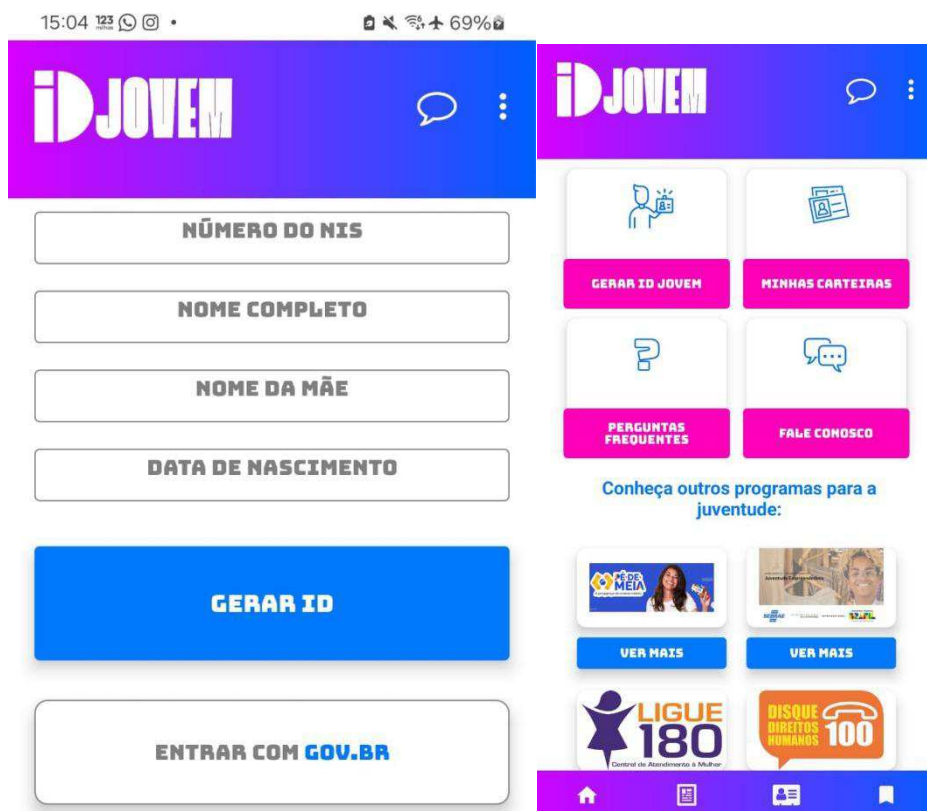
Após o acesso ao cadastro no CadÚnico ou se já estiver cadastrado, é necessário que ele faça a emissão da identidade jovem, enquanto documento, para que assim possa ter acesso aos benefícios.

A identidade jovem é um documento virtual que pode ser baixado na loja de aplicativos de *smartphones*. Está disponível para usuários que usam o sistema *Android* ou *IOS*. Também pode ser emitida através da internet.

Para os usuários de *smartphones* com o sistema *Android*, o jovem deve fazer o *download* na loja de aplicativos *Google Play*, como mostram as imagens abaixo. O aplicativo possibilita ainda que os usuários conversem com outros jovens, além de disponibilizar um canal exclusivamente para denúncias⁴.

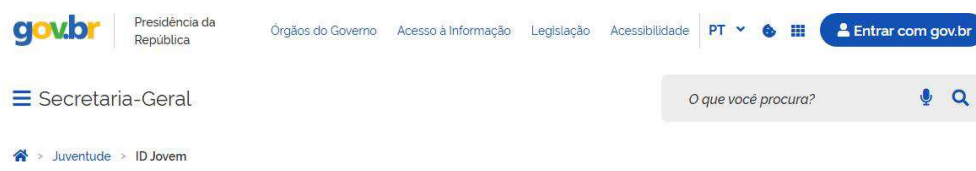
Figura 03 – Interface do aplicativo ID Jovem

⁴ As denúncias são feitas a ANTT ou ao PROCON (Agência Nacional de Transportes Terrestres), no entanto, nem todos os municípios possuem uma agência da ANTT. Denúncias em relação à não disponibilidade de vagas ao transporte interestadual. As denúncias também podem ser feitas através do fale conosco, disponibilizado no site do ID Jovem. <https://idjovem.juventude.gov.br/fale-conosco>.



Fonte: Aplicativo ID Jovem, 2024

Figura 04 – Interface da tela de emissão do ID Jovem pelo site da SNJ



Fonte: Secretaria Nacional de Juventude, 2024

Para os jovens que desejam emitir a ID Jovem pela internet, o processo é parecido com o do aplicativo, basta acessar o site Secretaria Nacional de Juventude⁵. O usuário deve preencher os campos solicitados, como o número do NIS, nome completo, data de nascimento e o nome da mãe.

Figura 05 – Tela de emissão do ID Jovem pela internet

iDJOVEM HOME EMITIR VALIDAR FALE CONOSCO

ATENÇÃO

Preencha seus dados exatamente como eles estão cadastrados no CadÚnico. Os dados do CadÚnico devem ser idênticos aos de seu documento oficial.

Caso estejam diferentes, vá ao CRAS mais próximo solicitar a correção.

Insira o seu NIS ou CPF (Consulte aqui seu CadÚnico)

Número de Identificação Social ou CPF

Nome completo (sem acentos)

Nome Completo

Data de nascimento

DD/MM/AAAA

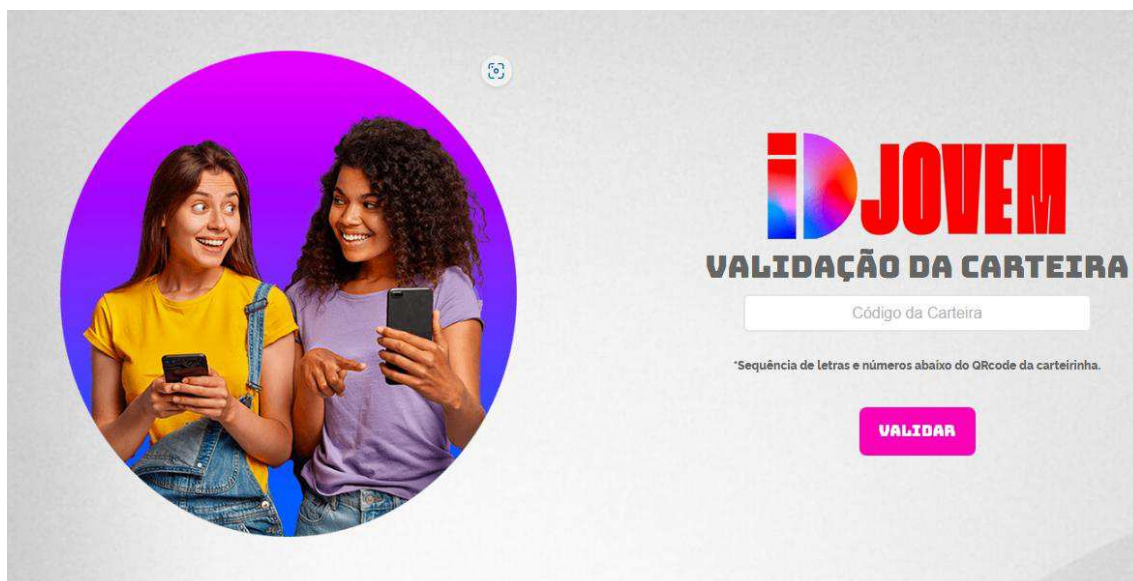
EMITIR ID JOVEM

Fonte: Secretaria Nacional de Juventude, 2024

É importante salientar que existe também dentro do aplicativo ID Jovem uma área disponibilizada para a validação do documento, usada apenas pelas empresas, prestadores de serviços e produtores culturais. A autenticidade da carteira gerada pelo jovem pode ser conferida através do leitor de *QR Code* dentro do aplicativo fornecido pelas empresas.

Figura 06 – Área destinada às empresas para validação da carteira ID Jovem

⁵ <https://idjovem.juventude.gov.br/emitir-id-jovem>



Fonte: SNJ, 2024

Como destaca Barcelos *et. al.* (2018, p. 29,30) “em resposta à Lei que implementou o Estatuto da Juventude, o Decreto 8.537, de 2015, é mais um dispositivo em defesa do benefício da meia-entrada, além de estabelecer os procedimentos e os critérios para a reserva das vagas nos transportes interestaduais, indicando o ID Jovem como documento de comprovação do jovem de baixa renda. Contudo, consideramos válido ressaltar que, no que tange ao uso do transporte interestadual, o Decreto só foi efetivado no ano seguinte, por meio da Resolução 5063, publicada pela ANTT, em março de 2016”. Em 2015 ano de criação e regulamentação do ID Jovem, o Programa existia, como uma “carteirinha juvenil”, onde os jovens podiam acessar serviços de meia-entrada, foi em 2016 que o Programa passou a oferecer os serviços de transporte interestadual.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O contato com o a temática sobre o Programa ID Jovem se deu na disciplina de Prática curricular, quando eu, estudante de Ciências Sociais da UEMA, pude verificar como ele pode ser uma importante ferramenta para ampliar o capital cultural de estudantes.

A escolha do local de pesquisa se fez necessário devido à grande maioria dos acadêmicos serem jovens da faixa etária de 18 a 29 anos, o que

levou a coincidir com a faixa etária da política pública em *lócus*. A justificativa dos acadêmicos do curso de Ciências Sociais se dá por reconhecer que no processo formativo dos estudantes, os conceitos de Políticas Públicas, Programas Sociais e Juventudes são temáticas que estão alicerçadas dentro do curso de Ciências Sociais. Segundo os dados da coordenação do curso de Ciências Sociais da UEMA, *Campus Caxias*, estão regularmente matriculados 80 estudantes. Durante a feitura desta pesquisa, após as leituras dos documentos e das categorias essenciais da pesquisa, foi elaborado o formulário que seria disponibilizado via *Google Forms*, e os dados seguem abaixo.

Foi Utilizado como instrumento de coleta de dados, um questionário estruturado em formato eletrônico para traçar um perfil sociodemográfico dos estudantes de Ciências Sociais, da Universidade Estadual do Maranhão, *Campus Caxias*, no intuito de identificar a relação de proximidade dos estudantes com o Programa ID Jovem. O questionário foi enviado através de grupos do WhatsApp, após o contato presencial, quando fui informar sobre os interesses da pesquisa em sala em aula. Houve um pouco de resistência, algumas turmas não se apresentaram disponíveis para a participação, diferente de outras que responderam ao questionário em tempo hábil. Conforme Marcone e Lakatos (2006), o questionário é um instrumento composto por perguntas ordenadas que podem ser respondidas sem a presença do pesquisador. A escolha deste instrumento de pesquisa, se deu pela quantidade de alunos matriculados no curso de Ciências Sociais, no semestre de 2024.2, que seguem pelas turmas do: primeiro, terceiro, quinto e sexto períodos, além daqueles alunos que se encontram “sem período”, que são estudantes que não seguiram as disciplinas no cronograma disposto pela coordenação e de sua turma de origem. O questionário se tornou a maneira mais eficaz para alcançar os interesses da pesquisa para os dados iniciais.

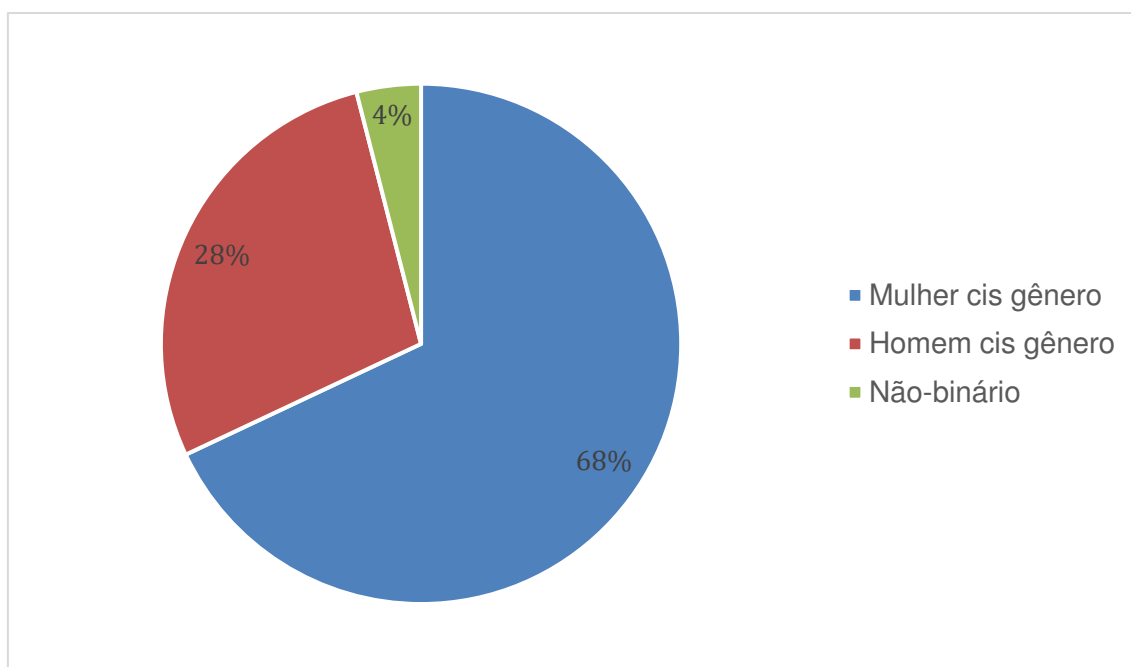
O questionário foi aplicado entre os dias 6 a 12 de novembro de 2024, com 17 perguntas divididas em questões sociodemográficas, econômicas, conhecimentos e opiniões sobre políticas públicas e, sobre o Programa ID Jovem. Para atingir o público-alvo que são os estudantes de Ciências Sociais do *Campus Caxias*, utilizou-se como estratégia de divulgação do formulário em um grupo “geral” no WhatsApp, onde todos os participantes são discentes e

docentes do curso, além de falar individualmente com todos os períodos do curso de Ciências Sociais, para que pudessem responder ao questionário. Ao todo, houve 25 respostas. Dentre os respondentes, apenas 68% dos estudantes conhecem o Programa ID Jovem, e somente 45,8% desses já fizeram uso do programa. A amostra desta pesquisa foram os estudantes que responderam que já conheciam a política pública do Programa ID Jovem, e que em algum momento já fizeram uso, seja em viagens interestaduais, acesso a cinema, teatros, shows, eventos culturais, esportivos, e outros.

Nesta sessão serão apresentados os resultados do questionário realizado com os estudantes do curso de Ciências Sociais bem como a discussão dos dados coletados e a análise do grupo focal que está dividida em três tópicos: no primeiro discute-se a contribuição do Programa ID Jovem para a formação acadêmica dos estudantes de Ciências Sociais; no segundo tópico trata dos desafios e limitações do Programa apontados pelos acadêmicos, e, por fim, analisa-se como o Programa ID Jovem pode se tornar um importante aliado na formação acadêmica em termos de capital cultural.

A primeira pergunta diz respeito à identidade de gênero dos entrevistados. Constatou-se que 68% são mulheres cis gênero, 28% são homens cis gênero e 4% se identificam como não-binário. Este perfil de usuário onde as mulheres são maioria se relaciona ao perfilamento de outras pesquisas realizadas onde a maior parte dos usuários do ID Jovem são mulheres e da cor parda. O Programa atende, principalmente, jovens com idade entre 18 e 26 anos. O menor número de usuários, entre 27 e 29 anos, pode significar uma melhoria nas condições financeiras do jovem usuário quando se torna mais velho, como também a ausência de informações sobre o Programa ID Jovem. Importa desenvolver ações para aumentar a quantidade de beneficiários do programa entre estes grupos (BARCELOS, 2018, p. 70).

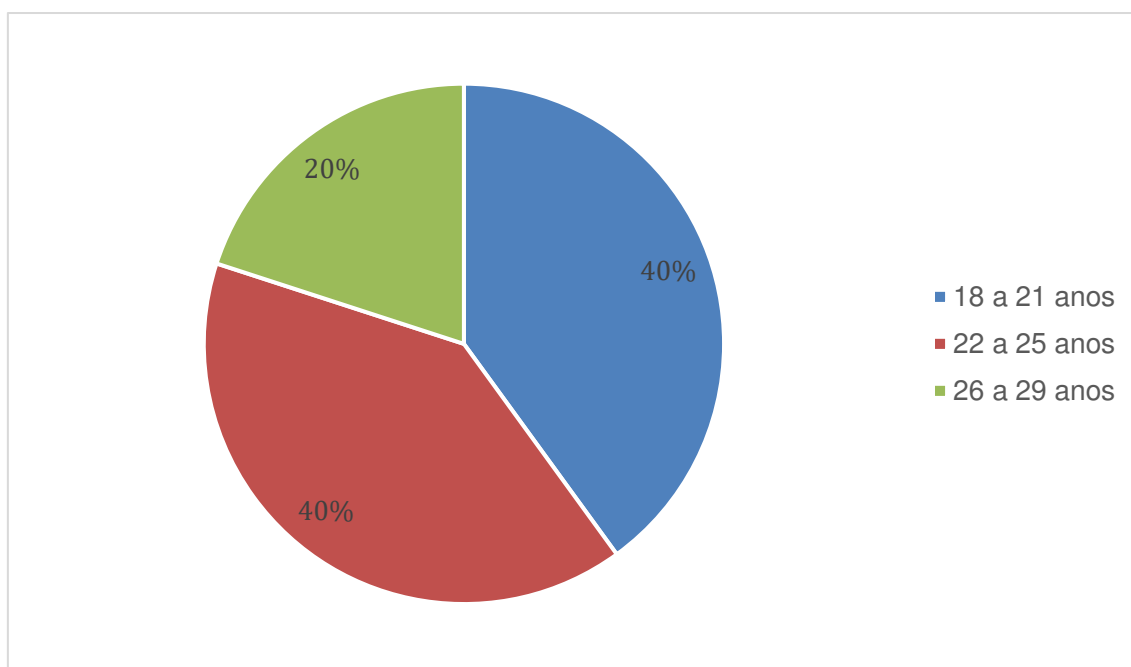
Gráfico 01 – Identidade de gênero



Em seguida, foi perguntado sobre a orientação sexual dos entrevistados, a maioria, que corresponde a 68% é heterossexual, 16% bissexual, 12% pansexual e 4% homossexual.

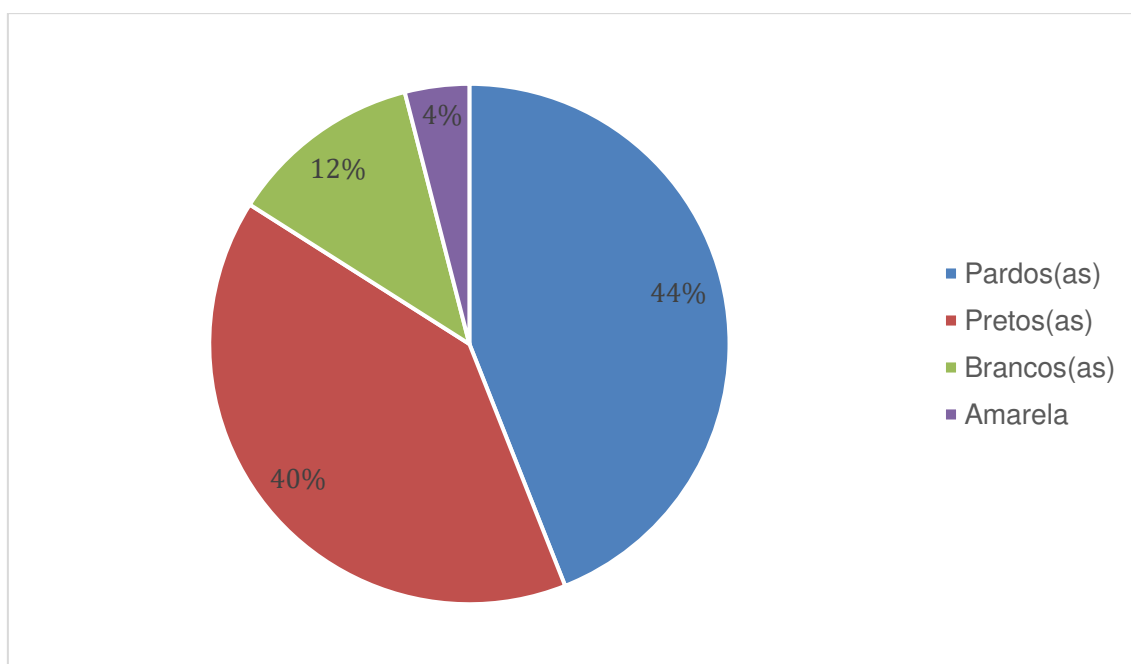
A terceira pergunta buscou-se saber sobre a faixa etária dos estudantes de Ciências Sociais. Dos 25 que responderam à pesquisa 40% têm de 18 a 21 anos, 40% de 22 a 25 anos e 20% de 26 a 29 anos. Sendo que todos os estudantes entrevistados têm a idade que se enquadra dentro do programa ID Jovem.

Gráfico 03 – Faixa etária



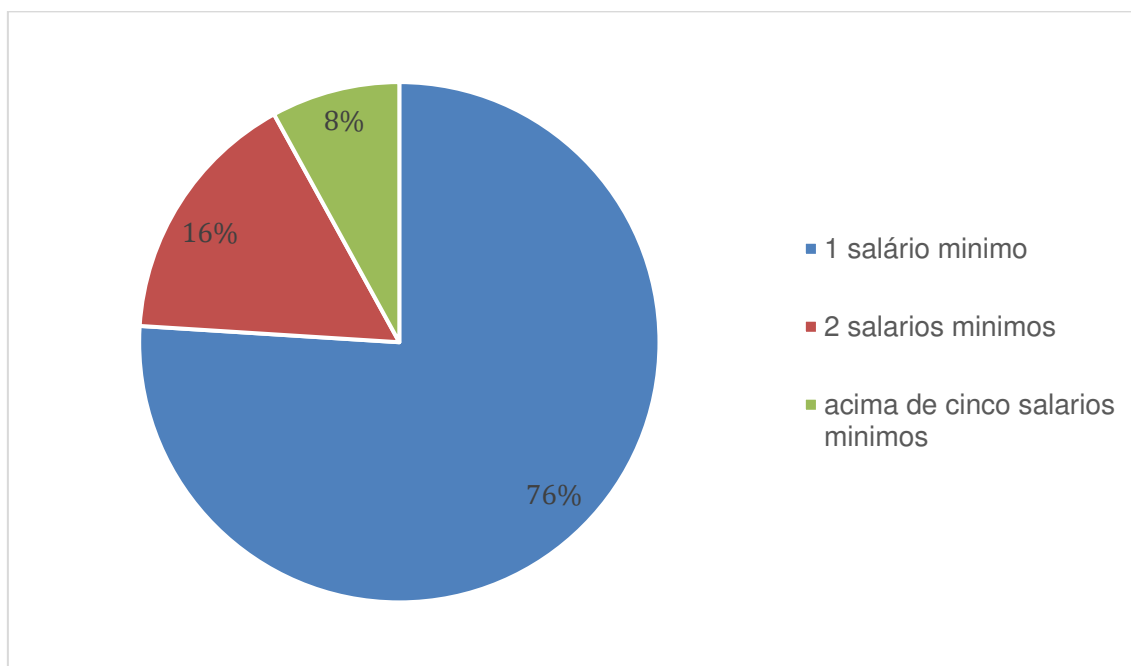
Outra pergunta feita aos entrevistados foi sobre a cor. 44% responderam que são pardos(as), 40% pretos(as), 12% brancos(as) e 4% de cor amarela, tomando como base os critérios adotados pelo IBGE. Pode-se observar que mais de 80% dos entrevistados são pretos(as) e pardos(as).

Gráfico 04 – Cor



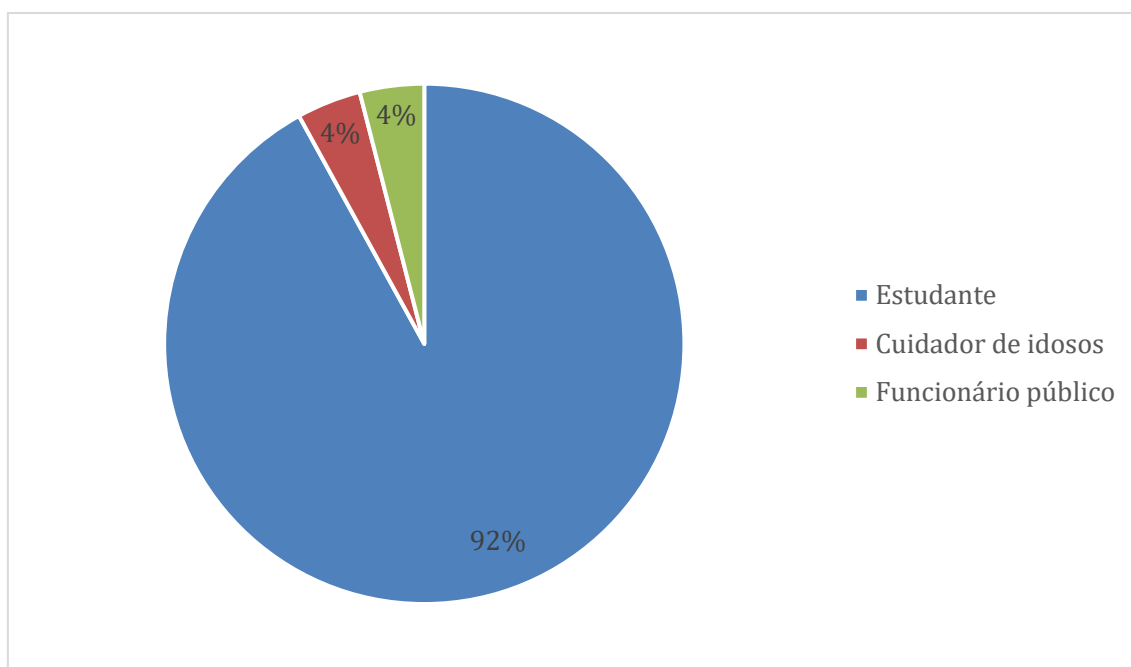
A próxima pergunta buscou saber a sobre a renda familiar dos entrevistados. Dos 25 estudantes que responderam a pesquisa 76% tem renda familiar de até um salário mínimo, 16% dois salários mínimos e 8% acima de cinco salários mínimos. A maioria dos estudantes está na faixa de renda estabelecida pelo programa ID Jovem que é de até dois salários mínimos.

Gráfico 05 – Renda mensal



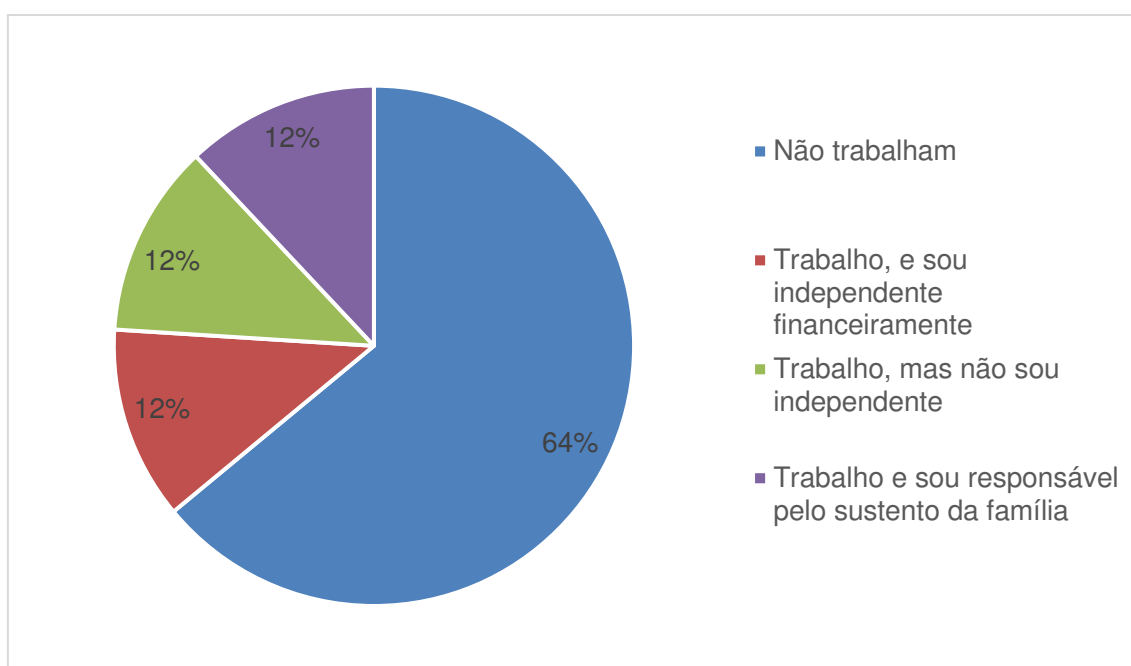
A pergunta seguinte foi sobre a ocupação dos entrevistados. A maioria respondeu que sua ocupação é estudante 92%, 4% é cuidador de idosos e 4% é funcionário público.

Gráfico 06 – Ocupação



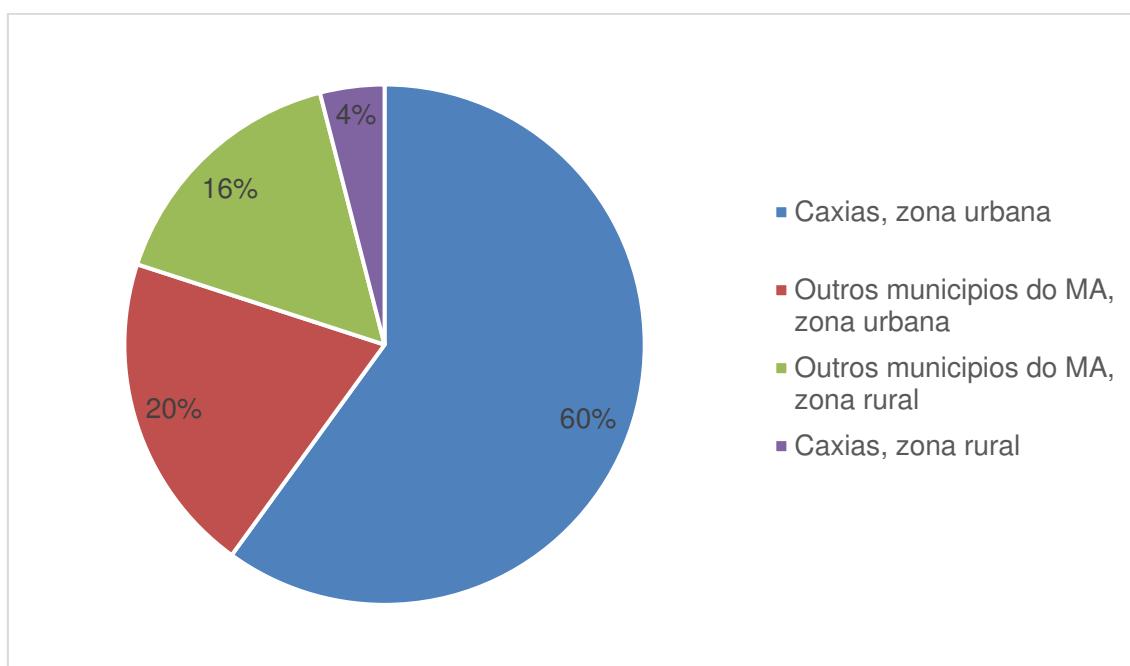
Dando continuidade à pesquisa, perguntou-se qual a participação na vida econômica da família dos entrevistados. Observou-se que 64% dos estudantes não trabalham, 12% trabalham e são independentes financeiros, 12% trabalham, mas não são independentes financeiros, e os outros 12% trabalham e são responsáveis pelo sustento da família.

Gráfico 07 – Participação econômica



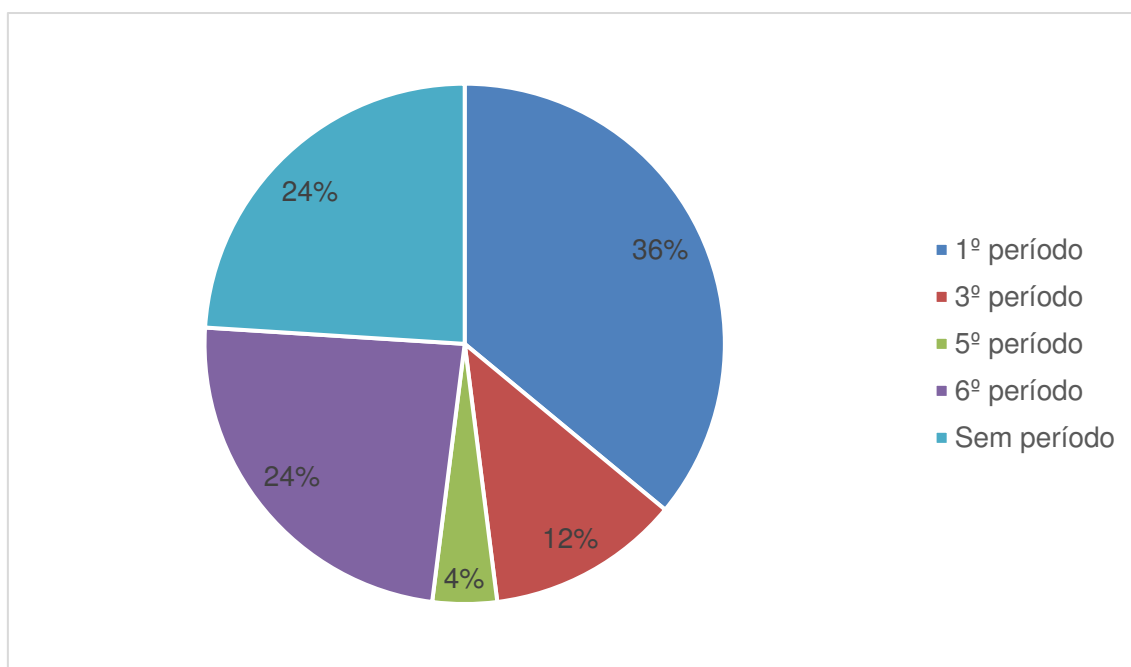
Na pergunta subsequente, buscou-se saber se os entrevistados eram oriundos da cidade de Caxias, MA, da zona urbana e da zona rural, ou de outros municípios do estado do Maranhão, seguindo a mesma lógica de zona urbana, e/ou rural. Uma ampla maioria 60% residem em Caxias, na zona urbana, 20% residem em outros municípios do estado do Maranhão, na zona urbana, 16% residem em outros municípios do estado do Maranhão, na zona rural e 4% reside em Caxias, na zona rural.

Gráfico 08 – Residência



A questão seguinte buscou-se saber o período que se encontravam os estudantes de Ciências Sociais, do Campus Caxias. 36% dos entrevistados estão no primeiro período, 12% estão no terceiro período, 4% no quinto período, e 24% dos entrevistados estão no sexto período, além de 24% marcaram estarem sem período, que são aqueles que se encontram “atrasados” no curso.

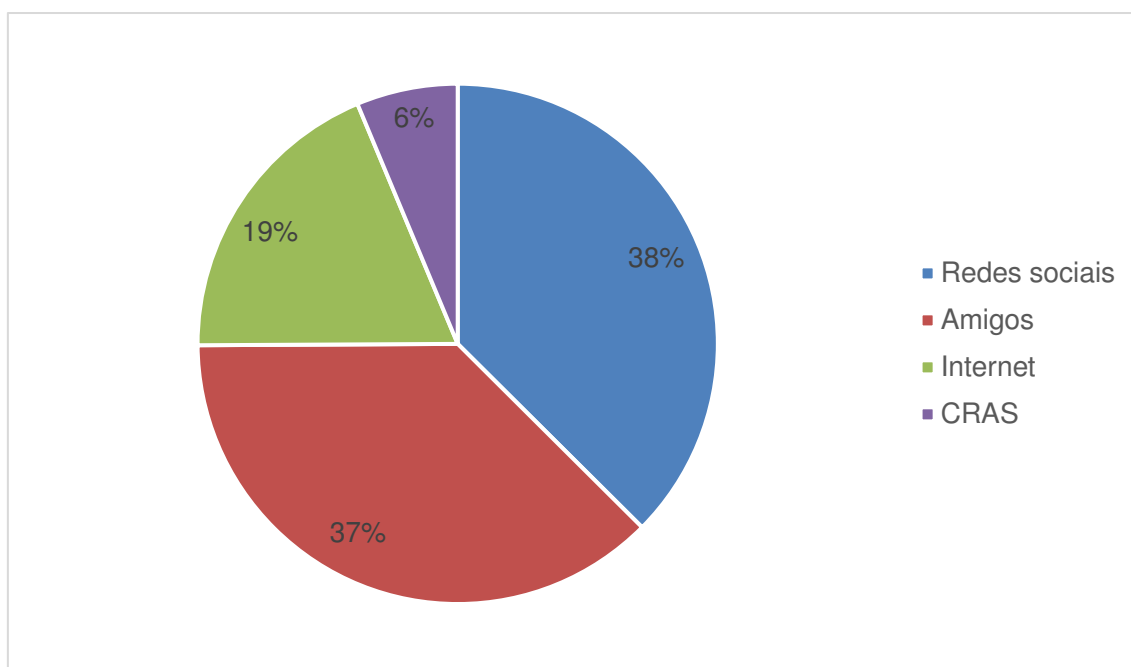
Gráfico 09 – Período de graduação



Dando prosseguimento com as perguntas, foi perguntado se os entrevistados utilizam algum programa assistencial do governo, como o bolsa família, benefício de prestação continuada (BPC), PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), entre outros. 80% responderam que não, e 20% responderam que sim. Outra pergunta diz respeito se os estudantes conhecem o programa ID Jovem, a maioria com 68% conhece o programa, e 32% desconhecem o programa. Este dado se torna importante, pois a maioria dos estudantes do curso de Ciências Sociais são formados por alunos que se enquadram dentro dos critérios do programa.

A próxima pergunta do questionário foi como os entrevistados conheceram o programa ID Jovem e 33,3% afirmaram que conheceram através das redes sociais (*WhatsApp, Facebook, Instagram*); 33,3% conheceram o programa através de amigos, 16,7% através da Internet, e 5,6 marcou que conheceu o programa através do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social).

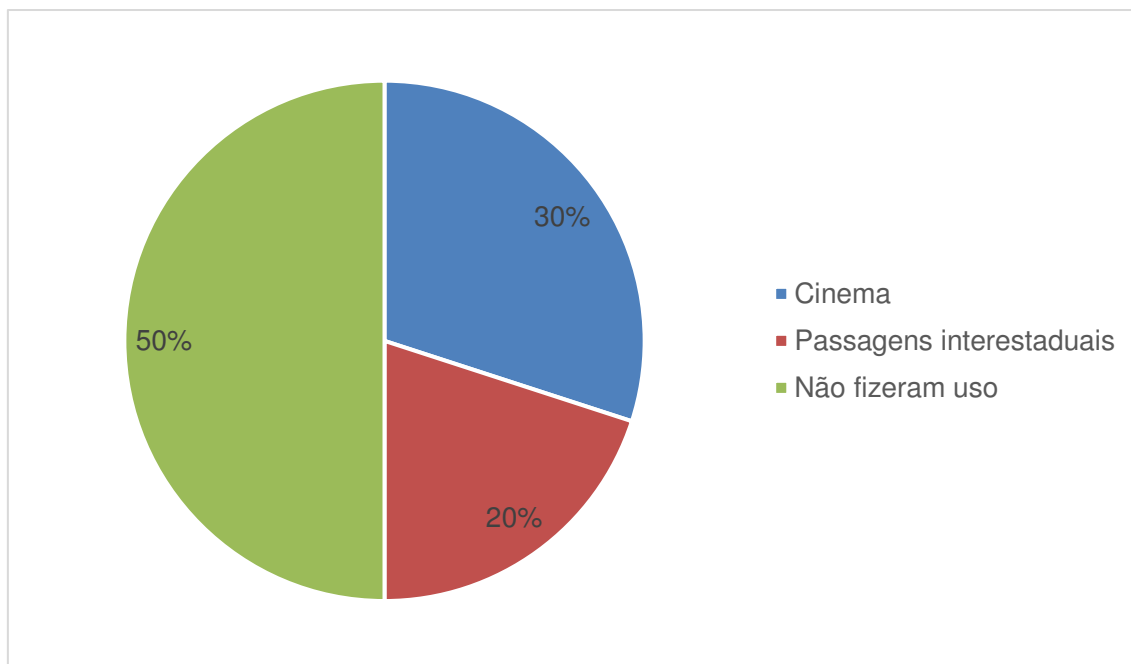
Gráfico 10 – Conhecimento do programa ID Jovem



Quando perguntado aos entrevistados se eles já haviam feito uso do programa ID Jovem, 84,2% responderam que não e 15,8% responderam que sim. Destes que responderam que já fizeram uso, 83,3% usaram o programa uma vez e 16,7% usaram duas ou mais vezes.

A pergunta seguinte foi sobre o uso do programa ID Jovem, ou melhor, como os entrevistados costumam utilizar o programa. 30% dos estudantes responderam que usam o ID Jovem em cinemas, 20% em passagens interestaduais, e os outros 50% ainda não utilizaram o ID Jovem.

Gráfico 11 – Uso do programa ID Jovem



4.1 CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA ID JOVEM PARA A FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS ESTUDANTES DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

O grupo em foco, ou grupo focal é um método de pesquisa qualitativa que visa o aprofundamento do objeto de pesquisa, através de pessoas selecionadas para discutir e comentar sobre determinados temas. Foi elaborado um guia de discussão que serviu como um esboço dos temas a serem abordados para que os participantes não fugissem dos temas propostos. Foram selecionadas três perguntas para os participantes do grupo focal: i) o acesso a viagens interestaduais através do programa ID Jovem pode contribuir para a formação acadêmica dos estudantes de Ciências Sociais?; ii) Quais os principais desafios e/ou limitações que você já enfrentou ao usar o programa ID Jovem?; iii) Como o programa ID Jovem contribui para o processo de acesso em termos de capital cultural? Essas perguntas nortearam a discussão do grupo focal que durou cerca de 35 minutos. O grupo focal aconteceu no dia 20 de dezembro de 2024, de forma virtual, através do Google Meet. Foram convidados 6 estudantes que responderam ao questionário através do Google *forms* e que já utilizaram o Programa pelo menos uma vez, no entanto, 4 participaram do grupo focal. Dentre os selecionados, tem-se duas pessoas do sexo masculino, uma do sexo feminino e uma pessoa transgênero.

A pergunta que gerou a discussão foi: o acesso as viagens interestaduais através do Programa ID Jovem pode contribuir para a formação acadêmica dos estudantes do curso de Ciências Sociais?

Acadêmico 01: acredito que sim, porque uma vez que a gente utiliza isso para uma palestra, né, ou alguma viagem, eu particularmente não fiz uso nesse sentido, de fazer uma viagem, sei lá, assistir uma palestra por exemplo que a pessoa não tem o dinheiro inteiro para passagem aí pode usar esse meio para chegar, eu acredito que sim.

Foi realizado uma breve pesquisa no terminal rodoviário de Caxias, MA sobre quais os destinos se podem ter acesso com o ID Jovem, constatou-se que as principais cidades são: Teresina, Fortaleza, Belém, Natal, Maceió, Recife, João Pessoa, Feira de Santa, entre outros importantes destinos, desde o norte e nordeste do Brasil. Ou seja, com este pequeno leque de opções se tem um grande potencial de enriquecimento que os usuários do ID Jovem podem ter acesso.

Acadêmico 02: Concordo também, creio que pode ser útil, mas especificamente na minha bolha não é muito utilizado, tenho muitos colegas que tem ID Jovem, mas não sabem nem como prosseguir. Então sim, pode ser útil [para ampliar o capital cultural], porém é algo que dificilmente na minha perspectiva, dificilmente possa acontecer, posso utilizar, entendeu, às vezes por falta de oportunidade ou de não ter instrução de como prosseguir com esse processo.

Acadêmico 03: eu acho que assim contribui muito porque você consegue viajar, participar de eventos. Eu fiz a viagem para Teresina. Por exemplo, eu faço muitas viagens para São Luís, e aí a gente usou o direito meia para estudante, e aí agora tem uma dificuldade a mais porque eles exigem vários tipos de documentos para você conseguir emitir uma passagem, e quando é para ID Jovem é mais fácil, e é mais prático, só é ruim porque você tem que comprar com antecedência, às vezes tem agências que não sabem que a gente tem esse direito e quando sabe eles dificultam, tem todo um processo, quando você sabe que você tem o direito você pode defender, é mais prático de você conseguir acessar essa informação.

Os interlocutores apresentam que não é somente ter acesso a política pública, mas que há falta de informações tanto por parte dos usuários, como por parte das empresas de viação que devem proporcionar garantias aos usuários do ID Jovem. De acordo com Carvalho; Vieira; Viana (2012, p. 6), os estudantes, sobretudo de baixa renda contemplado com o Programa ID Jovem poderiam, enfim, “vivenciar o que até então só conheciam através de livros, porém somente

as classes mais ricas tinham acesso, era privilégio da alta nobreza, e aquele que não realizava esta viagem se sentia inferior, já que esta era uma forma de concluir a formação e adquirir cultura”.

O capital cultural pode se tornar um aliado ao Programa ID Jovem, pode influenciar como experimentamos e interpretamos o mundo ao nosso redor, ou seja, nossos gostos, experiências, preferências e valores são diretamente influenciados pelo capital cultural. Bourdieu (1999), argumenta que o capital cultural está ligado às estruturas de poder e dominação, em uma sociedade influenciando quem tem acesso a oportunidades sociais e quem não tem.

Acadêmico 04: Particularmente eu quase não tenho experiência em uso do ID Jovem, utilizei uma vez, isso foi há 10 anos atrás, tipo nunca usei pra essa questão de viajar, mas ajuda bastante porque tem um alívio nos custos financeiros, especialmente pessoas que realmente necessitam por não possuir uma renda estável, como é o caso dos estudantes, principalmente estudante de universidades públicas. Mas, acredito que sim é uma ótima contribuição, mas tem essa questão da falta de informação, às vezes as informações elas não chegam a todos, nem todos tem acesso à informação, nem todo mundo também sabe como tirar, como fazer o ID Jovem, quais são os documentos ou quais são os pontos que eles pedem e, mesmo assim não é divulgado.

Segundo Soeiro (2021), os graduando e egressos podem participar de todo o processo de planejamento de viagem, desde a escolha do destino até a decisão de onde se hospedar, que passeios fazer e muito mais. Pode-se perceber que os respondendo tem-se uma visão semelhante, todos eles afirmam que o programa ID Jovem, através de passagens interestaduais pode, e muito, contribuir para a formação acadêmica dos estudantes de Ciências Sociais. Infelizmente o acesso à informação, pode ser um grande empecilho.

4.2 DESAFIOS E/OU LIMITAÇÕES DO PROGRAMA ID JOVEM

Os principais desafios ou limitações apontadas pelos acadêmicos sobre o Programa ID Jovem foram sobre a escassez de informação e o preconceito por parte de alguns jovens ao usarem o ID Jovem.

Acadêmico 01: Conhecendo a perspectiva do programa, primeiramente grande parte das pessoas elas não conhecem o Programa, não conhecem seus direitos literalmente. Não sabem os benefícios de utilizá-lo. (...) Além da questão das plataformas onde eles vão gerar o cartão de identificação do ID Jovem, será

que ela é disponível para todo mundo? Ela funciona assim sem o acesso à internet? Essas são questões que a gente tem que ver também, tem a questão da desvalorização do Programa nem todo mundo ver esse Programa como algo assim visto como uma coisa boa e muitas pessoas tendem a ter esse preconceito por utilizar o ID Jovem.

Preconceito no sentido de usar um Programa que é voltado para jovens de baixa renda, ou seja, jovens “carentes”. Esse preconceito também pode estar associado por ser um Programa gratuito, que oferece serviços de gratuidade, e que acaba gerando um certo tipo de desconforto.

Em 2017, surgia a caravana ID Jovem, que era um evento organizado pela SNJ (Secretaria Nacional de Juventude) para a popularização do Programa ID Jovem em parceria com as prefeituras das diversas cidade do Brasil. A Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) fez cerimônia de lançamento do ID Jovem em todos os estados brasileiros em conjunto com gestores estaduais, prefeituras, diretorias de juventude, secretarias municipais de assistência social, centros de referência de assistência social e organizações da sociedade civil para interiorizar o programa e fazê-lo chegar aos jovens de baixa renda com idade entre 15 e 29 anos, que são as pessoas com direito ao benefício. Entretanto, essa interiorização não aconteceu como o programado, ou aconteceu de forma insuficiente. Em Caxias, ainda em 2017 houve a caravana ID Jovem que reuniu jovens de Caxias e cidades vizinhas, essa caravana funcionava como o “lançamento” do programa para a sociedade civil.

Acadêmico 02: um dos principais problemas para mim seria a escassez de informação, porque, por exemplo, nós aqui temos noção do que a gente pode fazer, mas a maioria das pessoas não tem. Realmente esse é um problema, o governo joga a política pública e você se vira, você tem que dar um jeito eu acho que é um dos principais problemas é esse.

A caravana ID Jovem de fato aconteceu, percorreu diversas cidades brasileiras, levando informação sobre o acesso ao programa, dando voz a juventude, entretanto, com quase 10 anos de criação o programa ainda é desconhecimento por uma parcela significativa da juventude.

Quanto à divulgação do Programa pelo país, ocorreram em 2017, conforme esclarece Soeiro (2021), as Caravanas ID visitando as capitais dos estados com o objetivo de divulgar o programa e mobilizar agentes locais para

trabalharem a favor do cumprimento das diretrizes estabelecidas pelo Estatuto da Juventude. Segundo o autor, foram estabelecidas 11 regiões para visitação das caravanas ID: 1 – Minas Gerais (MG), 2- São Paulo (SP), 3 - Roraima (RR) com Rondônia (RO), ACRE (AC) e AMAZONAS (AM); 4 – Maranhão (MA), Piauí (PI) e Ceará (CE); 5 – Pernambuco (PE), Paraíba (PB) e Rio Grande do Norte (RN); 6 – Alagoas (AL), Sergipe (SE) e Bahia (BA); 7 – Rio de Janeiro (RJ) e Espírito Santo (ES); 8 – Mato Grosso (MT), Mato Grosso do Sul (MS), Goiás (GO) e Distrito Federal (DF); 9 – Rio Grande do Sul (RS); 10 – Pará (PA), Amapá (AP) e Tocantins (TO) e 11 – Santa Catarina e Paraná (PR).

Soeiro (2021) registra que as visitas nas capitais dos estados não foram suficientes e que por este motivo criou-se uma rede de mobilizadores em um total de 27 consultores. Os mobilizadores eram, a priori, um grupo de 27 consultores – um por estado – contratados por um período de seis meses, que tinham como função garantir a continuidade dos serviços da Caravana e atingir municípios que não haviam sido visitados por ela. Mais do que isso, eles garantiriam que todos os envolvidos nesse processo – CRAS, Procon, jovens, empresas de transporte, dentre outros – estivessem informados a respeito dos detalhes do programa, que pudessem tirar suas dúvidas e se comunicar diretamente com o Governo Federal (Soeiro, 2021, p. 25).

Diante disto, com todas as críticas, desafios ou limitações que se possa fazer do programa, de acordo com Rigotti (2022) deve-se levar em conta que o ID Jovem sobreviveu às mudanças políticas e econômicas ocorridas desde sua criação em 2015. Mediante a uma série de contingenciamentos, cortes de recursos e eliminação de direitos sociais desde o ano de 2016, considera-se uma grande vitória o fato de o Programa ID Jovem não ter sido ceifado pela atual política neoliberal, ainda que seja acompanhada pela desinformação de estudantes de graduação como analisado nesta pesquisa.

4.3 O PROGRAMA ID JOVEM E O ACESSO AO CAPITAL CULTURAL

Segundo Bourdieu (1999), o capital cultural pode existir sob três formas: i) no estado incorporado que se refere aos conhecimentos, habilidades e competências que são adquiridas ao longo do tempo na vida de uma pessoa. Para Bourdieu (1999), este tipo de capital ele é intransferível, pois é

individualmente construído ao longo de uma história; ii) no estado objetivado, este tipo de capital é adquirido (mesmo que tardiamente) e transferível. Ele diz respeito aos objetos culturais, como livros, obras de arte e instrumentos musicais, que também vão contribuir para a formação e acumulação cultural de uma pessoa; iii) no estado institucionalizado, por exemplo, um diploma, uma certidão, estando relacionado as competências e qualificações educacionais que conferem status e prestígio social aos indivíduos.

Acadêmico 01: Na perspectiva de Bourdieu ele vai trazer o capital cultural para se referir a essa questão das habilidades, questão de valores culturais que uma pessoa ela vai adquirir utilizando os recursos que ela obtém das vantagens socioeconômicas que ela detém de sua realidade social. Quando a gente parte da perspectiva para o ID Jovem, sim, o ID Jovem ele pode trazer uma contribuição para que essas pessoas elas tenham acesso a essas vantagens sociais que o Bourdieu vai discutir em seus conceitos que é o capital cultural, capital social, a questão do status social. (...) Ele (o Programa) poderia estar trazendo essa redução das desigualdades sociais? Poderia dizer que está levando o jovem ao processo de democratização do acesso à determinadas coisas, mas só que ele não iria reduzir as desigualdades sociais, conforme a sua realidade social, seria um facilitador, promovendo essa questão da igualdade de acesso espontâneo vamos supor assim. Ele não vai só adquirir experiência, vamos supor assim, que ele vai estar vivenciando aquilo por um momento, mas aí ele vai ter que voltar para a realidade social dele de volta, no entanto, conseguiu essas experiências através do ID jovem, através desse capital cultural.

Para entendermos melhor, o conceito de capital cultural que foi introduzido por Pierre Bourdieu (1999), é uma adaptação do conceito marxista de “capital”. O capital cultural refere-se ao conjunto de conhecimento, normas, valores, habilidades, competências, experiências, comportamentos que uma pessoa adquire ao longo de sua vida, e que por sua vez, contribui para a sua posição social e acesso a determinados espaços culturais. Segundo ele, quanto mais cultura alguém possui, maior é sua capacidade de acumulá-la.

Segundo a Constituição Federal de 1988, é competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, proporcionar os meios de acesso à cultura, além de promover incentivos para o reconhecimento de bens e valores culturais. Assim sendo, o acesso em termos de capital cultural, através do Programa ID Jovem é fundamental para os jovens tenham acesso pleno e igualitário a esses determinados espaços culturais.

Acadêmico 02: eu queria falar que tipo assim, o colega está falando sobre você viajar para São Luís, outros estados etc. mas o ID Jovem ele é para viagens interestaduais então tipo eu aqui em Caxias eu só consigo acessar viagens para outros estados. Então se ocorre eventos dentro da UEMA, que estão interligados, por exemplo eu não consigo ter esse acesso, porque é muito limitado, então só consigo utilizar o ID Jovem para Teresina e outros estados. Eu acredito que seria isso que eu queria comentar sobre as limitações era justamente isso para expandir para viagens intermunicipais assim como a carteira estudantil.

O Programa ID Jovem, possui algumas limitações, uma delas é abordada pelo interlocutor acima, sobre as viagens intermunicipais. Como trata-se de um Programa em esfera federal, o acesso a viagens é somente em trechos interestaduais (de um estado para outro), mas, no entanto, cabe ao Estado e municípios adequarem o ID Jovem para essas questões, como o uso em transporte intermunicipal. Ademais, é possível reconhecer as demandas de jovens estudantes para uma possível adaptação da política pública, como é o caso do uso do ID jovem para viagens a fim de acessar eventos acadêmicos estaduais.

Existe na Câmara uma proposta de ampliação⁶ do ID Jovem, porém segue até os dias atuais sem uma resposta dos parlamentares. No entanto, houve algumas melhorias, por exemplo, a data de validade do cartão gerado passou de seis meses para um ano de validade, após um ano, o jovem tem que emitir novamente a carteirinha, outra melhoria foi a emissão de passagens interestaduais de forma totalmente virtual, ou seja, não é mais necessário o usuário ter que se deslocar até as empresas que prestam o serviço rodoviário para emitir a passagem, e por último foi a implantação da Interface de Programação de Aplicativos (API) do CadÚnico, ferramenta tecnológica que otimiza o tempo que o cidadão levava para comprovar os dados, bem como o tempo que o órgão levaria para validar as informações coletadas. Essa

⁶ O programa ID Jovem, que garante o acesso do jovem de baixa renda à Cultura, Mobilidade e ao Território (direitos previstos nos artigos 23 e 32 do Estatuto da Juventude), precisa ter seus benefícios ampliados, tendo as opções de embarque para ônibus executivo e disponibilidade de passagens aéreas, para tentar reduzir profundas desigualdades sociais que marcam os desafios do desenvolvimento brasileiro e recaem, de maneira mais acentuada, sobre os jovens de 15 a 29 anos. Disponível em: Ampliação do ID Jovem Para Ônibus Executivo e Avião - propostas - 4ª Conferência da Juventude - Brasil Participativo. Acesso em: 24/12/2024.

implantação, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e o Ministério de Gestão e Inovação em Serviços Públicos, reduziu o prazo de atualização da base de dados no site e no aplicativo de 45 dias para dois dias úteis.

Ao que se refere ao transporte intermunicipal, apenas o estado de Rondônia conta com esse serviço, de utilizar o Programa ID Jovem para viagens dentro do estado. Iniciativas como o estado de Rondônia podem ser utilizadas como exemplo para a ampliação do transporte intermunicipal, visto que, boa parte do território dos estados brasileiros tem extensões gigantescas. Por exemplo, a distância entre Caxias, MA e Imperatriz, MA, são de quase 600km de distância, sendo impossível o jovem de utilizar desse benefício, visto que as duas cidades pertencem ao mesmo estado.

Acadêmico 03: exatamente, isso seria um ponto a se pensar, nessa expansão do ID Jovem. Às vezes nem a própria Universidade ela oferece essa expansão, imagine o ID Jovem. São situações que a gente precisa literalmente das Ciências Sociais para rever e fazer análise, criticar, botar a boca para fora.

Em relação à expansão do ID Jovem, houve uma expansão em passos pequenos, primeiro no sentido da validade do ID Jovem, quando gerado, atualmente tem-se uma validade de um ano, segundo, em relação à atualização dos dados, principalmente do CadÚnico, hoje demora cerca de dois dias úteis para essa atualização constar no sistema do ID Jovem, e em terceiro e a mais importante, diz respeito a viagens interestaduais, ou seja, a concessão de passagens feitas com o ID Jovem, atualmente pode ser feita através da Internet, nos sites das empresas que concedem o serviço, o que acaba beneficiando aqueles jovens que não tem como se deslocar até a rodoviária mais próxima.

Trazemos ao debate novas ponderações. A juventude tem direito a seu país, seu território e sua cultura através do ID Jovem, ainda mais em um país como o Brasil, de dimensões continentais, cuja superfície foi estimada pelo IBGE em 8.510.345,538 km². Há estados brasileiros maiores do que países inteiros. Só a Ilha do Marajó, no estado do Pará, é maior do que Portugal, por exemplo. Uma informação assim indica que o Programa ainda deixa aberta uma grande lacuna ao restringir o desconto nas passagens de jovens cadastrados a viagens interestaduais, enquanto temos cidades da mesma unidade da federação

distantes 200 km ou mais de outras. Um exemplo: Imperatriz-MA e São Luís-MA. Entre essas duas cidades, a distância territorial é de aproximadamente 485.51 km. Por estrada, 630 km. Entre Imperatriz-MA e São Luís-MA gastam-se 8 horas e 45 minutos viajando pela estrada. Se compararmos a distância em linha reta entre São Paulo e Rio de Janeiro ela é de 329.02 km, mas a distância das vias terrestres é de 405 km, levando 4 horas e 36 minutos para ir de São Paulo ao Rio de Janeiro. Fica evidente a necessidade de aprimorar o programa no que tange ao deslocamento territorial partindo-se do exemplo do estado de Rondônia-RO, o primeiro estado brasileiro a garantir o direito à gratuidade no transporte coletivo intermunicipal para jovens de baixa renda. Em Rondônia a gratuidade ou o desconto de 50% vale também no transporte intermunicipal convencional terrestre e aquático. Esta garantia está prevista no Decreto 22.392, de 7 de novembro de 2017, que regulamenta a Lei Estadual 3.314, de 2 de janeiro de 2014. No seu artigo 7, o decreto prevê o benefício. E segundo a Resolução AGERO Nº 14, DE 30 de maio de 2018, é regulamentado o uso do benefício no âmbito do estado de Rondônia-RO.

Portanto, mesmo que a amostra da pesquisa seja reduzida, pois dos seis respondentes do questionário inicial, apenas quatro pessoas participaram do grupo focal, foi importante apresentar que a ausência de informações sobre a política pública se apresenta como importante fator para sua não adesão, e que mesmo aqueles que a conhecem reconhecem fragilidades para seu uso, tais como: escassez de informações, não expansão do Programa ao que tange as dimensões territoriais do país, preconceito com o Programa e consequentemente, o não acesso aos seus direitos. Porém, ainda assim, é possível reconhecer a relação com a política pública a ampliação do repertório do capital cultural dos estudantes de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Maranhão, do *Campus Caxias* e sua relação com a formação acadêmica.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa ID Jovem tem se revelado como uma política pública importante para a juventude brasileira, sobretudo para os jovens de baixa renda. Além de poder viajar gratuitamente pelo país, o Programa faz com que os jovens tenham acesso à cultura, à educação, ao lazer, ao esporte etc.

Desde a implantação do Programa até os dias atuais ainda há algumas lacunas a serem preenchidas, como a precária fiscalização ou informação, o que dificulta o acesso a ela. No que diz respeito à ampliação do programa, ele deve atingir também as passagens intermunicipais devido ao vasto território brasileiro e o vasto território de alguns estados. Apesar na ineficiência de algumas empresas do ramo de transporte que ainda insistem em negar a gratuidade a jovens e superar a falta de informação por parte do Estado. Barcelos *et al.* (2018) revela em seu estudo sobre o ID Jovem que um dos maiores empecilhos para a aplicação do programa é a falta de clareza quanto à forma de obtê-lo e de como proceder para sua utilização. Alguns desafios ou limitações apontadas pelos interlocutores foi a escassez de informação sobre o programa e sobre a forma de acesso ao Programa.

É necessário que o Estado invista em divulgação do Programa ID Jovem, como por exemplo a volta das caravanas ID Jovem, que percorriam todos os estados brasileiros levando acesso e informação ao Programa, e, conseqüentemente, tirar dúvidas que possam surgir quanto à forma de obtenção e utilização, além de ouvir os jovens para melhorar a política pública. Cabe destacar que a ausência de informações sobre o impacto social das políticas públicas em relação aos jovens brasileiros, inclusive do governo federal, o que dificulta compreender sua não adesão.

Contudo, a partir da pesquisa em *lócus*, os estudantes que acessam a política pública, reconhecem como o Programa ID Jovem apresenta-se como ferramenta importante e aliada na formação dos estudantes em termos de capital cultural, porém, constatou-se que embora, alguns estudantes entrevistados conheçam e façam uso do programa, muitos não sabem como participar, ou usar o programa, o que acaba dificultando o acesso destes jovens a esse direito que é assegurado pelo Estatuto da Juventude.

O campo de estudos em torno do Programa ID Jovem vem sendo feita em uma perspectiva de “turismo social”, sobretudo nos cursos de Turismo e Hotelaria, os pesquisadores nesse âmbito problematizam o ID Jovem como um potencializador do turismo de baixa renda no território brasileiro. Tornamos evidente, portanto, a necessidade de se discutir o Programa ID Jovem nos âmbitos estaduais e municipais. As agências reguladoras estaduais poderão ser

parceiras da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), na fiscalização das empresas e usuários do Programa e as câmaras legislativas, a exemplo do estado de Rondônia, poderão aprimorar o Programa de acordo com as necessidades e particularidades de seu território. E que os municípios assumam o compromisso de divulgar e promover a inclusão desses jovens ao programa.

Desse modo, pode-se afirmar que o Programa ID Jovem é um importante aliado aos estudantes do curso de Ciências Sociais, da UEMA, *Campus Caxias*, em termos de capital cultural para sua formação acadêmica, ainda que se reconheçam as problemáticas apontadas para seu acesso e uso. Dessa forma, o Programa atua na ampliação destes espaços culturais, fazendo com que os acadêmicos possam ter experiências e vivências que contribuem em sua formação.

REFERÊNCIAS

- BARCELOS, J. et al. **ID Jovem: uma identidade da juventude brasileira**. 2018.
- BOURDIEU, P. (1999). **Os três estados do capital cultural**. In M. A. Nogueira & A. Catani (Org.), *Escritos de educação* (pp. 71-79). Vozes.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 1 jan. 2025.
- CALMON, Paulo. **Análise das políticas públicas: uma introdução**. Brasília, UNB (2006).
- DAGNINO, E. **Os anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- FARIAS, W. G. & PIMENTEL, M. R. ID. Jovem 2.0, um turismo social pós-fordista? Estudo sobre os hábitos de viagem dos usuários do programa. **Revista de Turismo Contemporâneo**, 9 (1), 126-147, 2021.
- FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2004.
- GATTI, Bernardete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em Ciências sociais e humanas**. Brasília: Líber Livro 2005.
- HERINGER, R. R. Estratégias de descentralização e políticas públicas. In: MUNIZ, J.N; GOMES, E. C. (ed.). **Participação Social e gestão pública: as armadilhas da política de descentralização**. Belo Horizonte, 2002, p. 85.
- MANNHEIM, Karl. **O problema da juventude na sociedade moderna**. In: BRITTO Sulamita de. *Sociologia da Juventude I*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. p. 69-94.
- MILLS, C. WRIGHT. A imaginação. **Sociológica**, 1972.
- OLIVEIRA, F. et al. Democracia Participativa e Juventude Politizada: estudo bibliométrico sobre os periódicos brasileiros de políticas públicas de juventude. **Ciência da Informação em Revista**, [s.l.], v. 5, p.13-24, 20 fev. 2018. ABEC Publicações. <http://dx.doi.org/10.21452/23580763.2018.5ne.13-24>.
- PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude—alguns contributos. **Análise social**, p. 139-165, 1990.
- PRESTES, Kevin Rigotti. **PROGRAMA SOCIAL FEDERAL ID JOVEM EM NOVA FRIBURGO/RJ: POSSIBILIDADES DE INCLUSÃO POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA NAS MOBILIDADES DE LAZER**. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022.
- RONDÔNIA, Governo do estado de Rondônia, DECRETO N. 22.392, DE 7/11/2017, disponível em: <http://cotel.casacivil.ro.gov.br/cotel/Livros/detalhes.aspx?coddoc=28347>. Acesso em 23/01/2024.

RONDÔNIA, Governo do estado de Rondônia, **Resolução AGERO Nº 14 DE 30/05/2018**, página 28, disponível em: https://diof.ro.gov.br/data/uploads/2018/06/Doe-05_05_2018.pdf. Acesso em 23/01/2024.

RUA, M.G. **As políticas e a juventude dos anos 90**. In: RUA, M. G. Jovens acontecendo na trilha das políticas pública. Brasília: CNPD, 1998. v. 2, p.731 752

SCHIFTER, C.; MONOLESCU, D. Evaluating students'online course experiences: the virtual focus groups. **The American Center for the Study of Distance Education**, Pennsylvania, v. 10, p. 1-9, 2000.

SOEIRO, B. L. **O Id Jovem como aliado na formação prática dos estudantes de turismo e hotelaria na Universidade Federal do Maranhão**. Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2021.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, p. 20-45, 2006.

SPOSITO, M. P.; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista brasileira de educação**, p. 16-39, 2003.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração** São Paulo: Atlas, 2005.

WEISHEIMER, Nilson. Apontamentos para uma sociologia da juventude. **Diálogos Possíveis**, v. 13, n. 1, 2014.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência III**. Brasília: Ministério da Justiça, 2002.

APÊNDICES

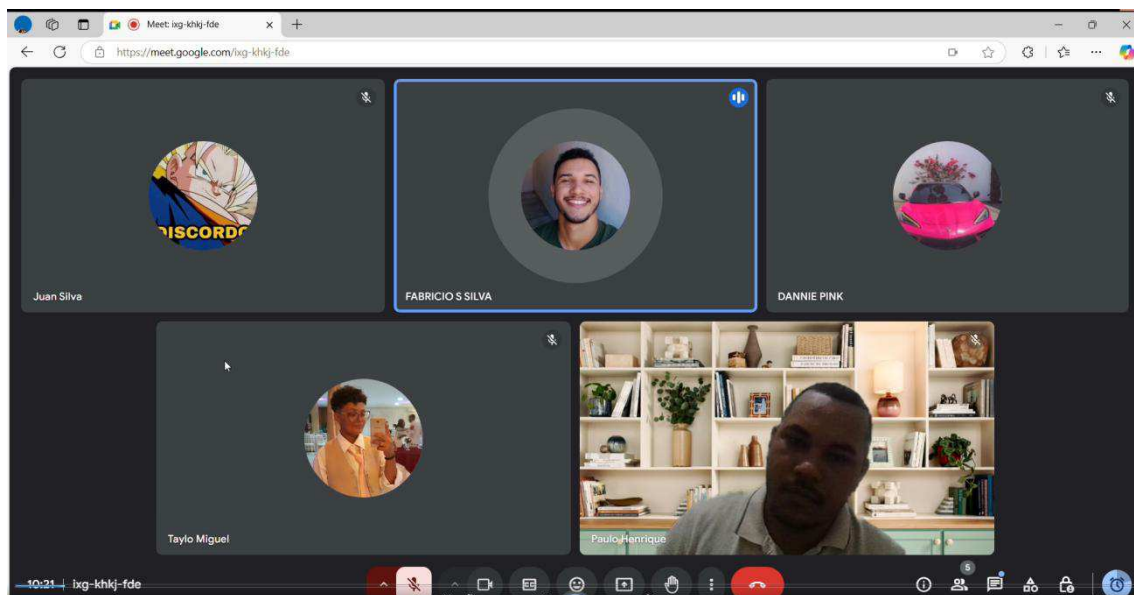
Apêndice A – Formulário utilizado na pesquisa de TCC

Esta pesquisa me ajudará a compreender o perfil dos jovens acadêmicos do curso de Ciências Sociais da UEMA para utilização na minha pesquisa de TCC. Todas as informações coletadas neste questionário são sigilosas e serão somente usadas para fins acadêmicos.

1. Como você se identifica, de acordo com sua identidade de gênero?
 - () homem cisgênero
 - () mulher cisgênero
 - () homem transgênero
 - () mulher transgênero
 - () não binário
2. Qual sua orientação sexual?
 - () heterossexual
 - () homossexual
 - () bissexual
 - () assexual
 - () pansexual
 - () outro
3. Qual sua idade?
 - () 18 a 21 anos
 - () 22 a 25 anos
 - () 26 a 29 anos
4. Qual seu estado civil?
 - () solteiro(a)
 - () casado(a)
 - () divorciado(a)
 - () separado (a)
 - () viúvo(a)
5. Qual a sua cor?
 - () preto(a)
 - () branco(a)
 - () amarelo(a)
 - () parda(o)
 - () indígena
6. Qual sua renda familiar?
 - () Até um salário mínimo
 - () Dois salários mínimos
 - () Três a cinco salários mínimos
 - () Acima de cinco salários mínimos
7. Qual sua ocupação?
8. Qual sua participação na vida econômica de sua família?
 - () não trabalho
 - () trabalho e sou independente financeiramente
 - () trabalho, mas não sou independente financeiramente
 - () trabalho e sou responsável pelo sustento da família

- () trabalho e contribuo financeiramente com o sustento da minha família
9. De onde você é? (sua cidade)
- () Caxias (zona urbana)
- () Caxias (zona rural)
- () Outro município do Maranhão (zona urbana)
- () Outro município do Maranhão (zona rural)
10. Você está em qual período do curso de Ciências Sociais?
- () 1º período
- () 3º período
- () 5º período
- () 6º período
- () sem período
11. Você utiliza algum programa assistencial do governo? Exemplos: Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada (BPC), Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)?
- () Não
- () Sim
- () Outro:
12. Você conhece o Programa iD Jovem – Identidade Jovem?
- () Não
- () Sim
13. Como você conheceu o programa ID Jovem?
- () internet
- () redes sociais (facebook, instagram, whastapp)
- () através de amigos
- () Outro:
14. Você já fez uso do programa?
- () Não
- () Sim
15. Quantas vezes você utilizou o programa?
- () 1 vez
- () 2 ou mais vezes
16. Você conhece alguém que utiliza o programa?
- () Não
- () Sim
- () Talvez
17. Como você costuma utilizar o ID Jovem?
- () em passagens interestaduais
- () em cinemas
- () shows e eventos artísticos
- () eventos de meia-entrada
- () eventos esportivos
- () isenção em concursos e/ou vestibulares
- () Outro:

Apêndice B – Momento do grupo focal



Guia de discussão

- A. o acesso a viagens interestaduais através do programa ID Jovem pode contribuir para a formação acadêmica e intelectual dos estudantes de Ciências Sociais?
- B. Quais os principais desafios e/ou limitações que você já enfrentou ao usar o programa ID Jovem?
- C. Como o programa ID Jovem contribui para o processo de acesso ao capital cultural?